

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Estado do Espírito Santo – Crea-ES
Unidade Jurisdicionada Agregada

Vitória - ES, 2016.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015.

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e nº 147/2015 e das orientações do órgão de controle interno.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo – Crea-ES
Unidade Jurisdicionada Agregada

Unidade Financeira
Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão

Vitoria - ES, 2016

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE	11
1.1. Finalidades e competências	11
1.2. Normas e regulamento de criação	11
1.3. Breve histórico da entidade	12
1.4. Organograma	14
1.4.1. Estrutura do Organograma	14
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	15
2.1. Planejamento Organizacional	15
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	18
2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	18
2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	19
2.3. Desempenho Orçamentário	20
2.3.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	20
2.3.2. Execução descentralizada com transferência de recursos	22
2.3.3. Informações sobre a realização das receitas.....	24
2.3.4. Informações sobre a execução das despesas	25
2.4. Desempenho Operacional	27
2.5. Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização	27
2.6. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	31
3. GOVERNANÇA	32
3.1. Descrição das estruturas de governança	32
3.2. Informações sobre dirigentes e colegiados	33
3.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	34
3.4. Gestão de riscos e controles internos	34
3.5. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	34
4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	35
4.1. Canais de acesso do cidadão	35
4.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	35
4.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	38
4.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	38
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	40
5.1. Desempenho financeiro no exercício	40
5.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação mensuração de ativos e passivos	40

5.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	41
6. <i>ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</i>	42
6.1. Gestão de pessoas	42
6.2. Estrutura de pessoal da unidade.....	43
6.3. Demonstrativo das despesas com pessoal	45
Análise Crítica:	45
6.4. Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	46
6.5. Gestão da tecnologia da informação.....	47
6.6. Principais Sistemas de Informações	52
7. <i>ANEXOS</i>	54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - DEMONSTRAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	20
QUADRO 02 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	21
QUADRO 03 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS	22
QUADRO 04 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE	22
QUADRO 05 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO	23
QUADRO 06 - PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS	23
QUADRO 08 - NATUREZA DA RECEITA	24
QUADRO 09 - FORMA DE PARTILHA DA RECEITA	25
QUADRO 10 - COMPARATIVO DA DESPESA ENTRE OS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	25
QUADRO 12 - DESPESAS COM CONTRATAÇÃO E COM PESSOAL	26
QUADRO 15 - ARRECADAÇÃO EFETIVA (R\$ 1,00)	30
QUADRO 16 - INDICADORES DE MULTAS DAS ENTIDADES FISCALIZADORAS – ACÓRDÃO 482/2013-TCU-PLENÁRIO	30
QUADRO 20 - RELAÇÃO DOS DIRETORES	33
QUADRO 24 - FORÇA DE TRABALHO	43
QUADRO 25 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	43
QUADRO 26 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES	44
QUADRO 27 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL	45
QUADRO 28- FORÇA DE TRABALHO DA EQUIPE DE TI	50
QUADRO 29 - DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE TI	50
QUADRO 07 - ORIGEM DAS RECEITAS	55
QUADRO 11 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA E ELEMENTO DE DESPESA	57
QUADRO 13 - ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Quantidade	59
QUADRO 14 - ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Valores (R\$ 1,00)	60
QUADRO 17 – QUADRO DE METAS	61
QUADRO 18 - ITENS DE CONTROLE DOS PRINCIPAIS PROCESSOS DO CREA-ES - 2015	64
QUADRO 19 – ACOMPANHAMENTO DAS METAS	67
QUADRO 21 - COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO	70

QUADRO 22 - DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS NAS REUNIÕES DA ENTIDADE 2015	73
QUADRO 23 - COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CREA-ES.....	75
QUADRO 30 - DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO, DESTACANDO OS RESULTADOS ESPERADOS, O ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANEJAMENTO DE TI, OS VALORES ORÇADOS E DESPENSADOS E OS PRAZOS DE CONCLUSÃO.....	78

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

<i>Figura 1 - Organograma do Crea-ES.....</i>	<i>54</i>
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Confea: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

Crea: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

UJ: unidade jurisdicionada

CEAGRO: Câmara Especializada de Agronomia

CEEST: Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do trabalho

CEEE: Câmara Especializada de Elétrica

CEEMMQGM: Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas

CEEC: Câmara especializada de Engenharia Civil

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Crea-ES relativo ao exercício de 2015 é parte das exigências dos órgãos de controle interno e externo para a prestação de contas do exercício referenciado, nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Foi elaborado seguindo as orientações e conteúdos constantes dos relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Nos termos requeridos, o Relatório de Gestão apresenta na primeira parte a identificação da Instituição, seus objetivos, finalidades, competências, planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional para o exercício 2015 e os resultados alcançados, assim como a estrutura de governança e de relacionamento com a sociedade.

Na segunda parte é apresentada a programação e execução orçamentária e financeira, com os quadros de demonstração das receitas e suas origens, assim como da demonstração do desempenho da do orçamento e das despesas financeira realizadas.

Na terceira etapa expõe a gestão de pessoas, incluindo a terceirização de mão de obras, os custos relacionados, a qualificação da força de trabalho e demais quesitos inerentes à gestão de mão de obra e gestão da tecnologia da informação.

Por fim, são apresentadas as conformidades da gestão e demandas dos órgãos de controle.

Do esforço de consolidar o presente relatório, há que se destacar a contribuição de todas as unidades do Crea-ES, que se empenharam com vivo interesse no fornecimento de informações e preenchimento dos formulários integrantes do presente documento.

Quanto às áreas especiais de gestão

No âmbito das áreas especiais de gestão, destacam-se a gestão da tecnologia de informação e desenvolvimento de alguns sistemas de informações importantes em 2015. No âmbito da gestão deu-se continuidade ao investimentos em tecnologia para modernizar e oferecer mais serviços de qualidade aos servidores e profissionais vinculados ao Conselho. Foram implantados processos de gerenciamento de TI destacando-se a Segurança de dados, com aquisição de software e fazendo a manutenção e atualização dos software antivírus via internet.

No âmbito do desenvolvimento de novas projetos de TI, os principais resultados alcançados foram: (a) Sistema NOVA ART, sono software de lançamento de ART pelos profissionais; (b) Sistema GED – Gestão de Documentos, com digitalização e armazenamento de documentos visando a substituição gradual dos arquivos em papel, no Conselho; (c) Fiscalização Móvel – Software específico para a fiscalização, encontrando-se em fase de implantação. (d) BI - Business Intelligence – Sistema gerador de relatórios gerenciais. Trata-se de ferramenta que tem amplo potencial para facilitar e organizar relatórios de planejamento de ações operativas e de gerenciamento de resultados; (e) Sistematização de protestos judiciais – Sistema desenvolvido para inscrição de débitos a serem levados a protesto, em cartórios conveniados, encontrando-se em operação.

Quanto aos resultados finalísticos:

a) Atendimento Presencial a Profissionais e empresas

No exercício de 2015 foram realizados 37.658 atendimentos presenciais, sendo 17.316 nas inspetorias do interior do Estado e 20.369 na sede da capital Vitória. Relewa destacar que a capital envolve 5 municípios da região urbana da Grande Vitória. Ainda chama a atenção a expressiva representação do atendimento das inspetorias do interior, de cerca de 47%, ao qual se somam as iniciativas do Projeto CREA ITINERANTE – Constituído de um veículo VAN adaptado com Escritório, com todos os recursos necessários ao atendimento, inclusive com acesso à internet. Mesmo com o declínio da atividade econômica, os profissionais e empresas procuraram o seu Conselho Regional, observando-se um crescimento de 8,50% comparativamente ao exercício anterior. O total de atendimento nivela ao alcançado no exercício de 2013, quando o dinamismo econômico era mais expressivo. Tal desempenho, grosso modo, se justifica pelo maior esforço despendido pelo Conselho para motivar os profissionais à regularização de situação de seus registros, ou pendências identificadas.

b) Ações de Fiscalização

As ações fiscais desenvolvidas em 2015 tiveram maior ênfase na emissão de Notificações de Autos de Infração (9.869) e na entrega de protocolos de cobranças administrativas de débitos (950), muito embora, seguindo comportamento de exercícios anteriores, o maior número de ações esteve relacionado a visitas de fiscalização (22.358). Estes números revelam um esforço adicional de fiscalização na cobrança de débitos registrados em dívida ativa, como um esforço de recuperação de receitas, em face dos sinais não favoráveis da dinâmica econômica do Estado. Foram realizadas, ao todo, 34.570 ações fiscais, declinando um pouco o total realizado em relação aos exercícios anteriores, o que já era esperado, pela mudança de estratégias na programação de fiscalização, em especial, voltada para grandes empresas e para a regularização da emissão de ART,s de cargo e função nas instituições públicas.

c) Quanto ao relacionamento com a sociedade

Os mecanismos e formas de Inserção do Crea-ES na mídia com objetivo de passar informações à sociedade em 2015 ocorreram através de jornais TV e sites especializados. No exercício, o Crea-ES passou informações para a mídia por 532 vezes, destacando-se aparições pela primeira vez, em nível Nacional, como no Jornal da Band, Jornal do SBT e Jornal Nacional, além de veículos de comunicação da Grande Vitória e sites especializados como Jornal Estadão e Folha de São Paulo, entre inúmeros outros portais de notícias.

Quanto aos itens de avaliação do Crea-ES por profissionais registrados no Crea-ES, verifica-se uma tendência de declínio da satisfação dos profissionais, refletindo de certa forma o descontentamento com o quadro econômico e político nacional, embora constatou-se em pesquisa de opinião que 75% consideram excelente ou bom o acesso e o ambiente e instalações de atendimento. Na relação interpessoal de atendimento presencial, 63% consideraram que o atendimento é bom ou excelente.

Quanto à avaliação das empresas registradas, e que também pode ser considerada uma proxy da avaliação da sociedade, a pesquisa de opinião revelou que 70% estão satisfeitos ou muito satisfeito com os serviços prestados pelo Crea-ES. Quanto ao atendimento presencial, os indicadores de satisfação são superiores a 70%, o que se constatou também nos quesitos acesso e ambiente e instalações do Conselho.

Por fim quanto aos serviços da Ouvidoria, registre-se que 90% das demandas encaminhadas, relativas à reclamações, sugestões foram respondidas no prazo fixado pelo indicadores de controle do programa de qualidade ISSO 9001.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1. Finalidades e competências

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, conforme disposto na **Lei Federal nº 5.194**, de 24 de dezembro de 1966, criado através da **Resolução nº 127**, de 13 de junho de 1960 (Crea – 11ª Região), tendo sua Sessão de Instalação realizada no dia 1º de julho de 1960, e designado pela **Resolução nº 251**, de 16 de dezembro de 1977 (Crea-ES) e **Regimento Interno** homologado pelo Plenário do Confea na Sessão nº 1280/2005, publicado no Diário Oficial da União de 09/11/05.

No que se refere à administração do Crea-ES, a estrutura organizacional do Crea-ES é regulada pela PL 010/2012, aprovada na Sessão Plenária Ordinária nº 953ª realizada em 10 de janeiro de 2012. Além disso, há o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, o qual é regulado pelas Decisões RD nº 26, de 12 de agosto de 2013 e Portaria nº 28, de 30 de setembro de 2013.

As competências legais e institucionais do Crea-ES estão definidas na Lei nº 5.194, de 1966, e em seu Regimento Interno.

1.2. Normas e regulamento de criação

A **Lei nº 5.194, de 1966**, estabelece que:

Art. 24 - A aplicação do que dispõe esta Lei, a **verificação e a fiscalização do exercício e atividades das profissões** nela reguladas serão exercidas por um Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), e Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), organizados de forma a assegurarem unidade de ação.

Art. 25 - Mantidos os já existentes, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia promoverá a instalação, nos Estados, Distrito Federal e Territórios Federais, dos Conselhos Regionais necessários à execução desta Lei, podendo a ação de qualquer deles estender-se a mais de um Estado.

§ 2º - Cada unidade da Federação só poderá ficar na jurisdição de um Conselho Regional.

Art. 33 - Os **Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA)** são órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Art. 34 - São atribuições dos Conselhos Regionais:

E Resoluções:

Resolução nº 127 de 13 de junho de 1960 do CONFEA

Art. 1º - Fica o Estado do Espírito Santo desmembrado da jurisdição do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 5ª Região, passando a nele ser constituído o **Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 11ª Região**, com sede na Cidade de Vitória.

Resolução nº 140, de 07 de abril de 1964 do Confea, que “dá organização definitiva ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 11ª Região (ESPÍRITO SANTO)”.

Resolução 251 de dezembro de 1977 do CONFEA

Art. 1º - Os **Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia serão designados com o nome da unidade da Federação** onde tiverem sua sede.

Regimento Interno do Crea-ES

Art. 1º. O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Espírito Santo – Crea-ES é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Confea, Com sede e foro na cidade de Vitória e jurisdição no Estado do Espírito Santo, instituída pela Resolução nº 251, de 16 de dezembro de 1977, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.

Art. 2º. No desempenho de sua missão, o Crea é o órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição.

1.3. Breve histórico da entidade

Criado através da **Resolução nº 127**, de 13 de junho de 1960 (Crea – 11ª Região), o Conselho surgiu no final da década de 1950, com apenas um funcionário, em uma sala alugada no Edifício Álvares Cabral, à Rua Barão de Itapemirim, na Praça Costa Pereira, em Vitória, em iniciativa do Conselho Federal, que tinha interesse em expandir as atividades da área no Estado.

Ainda na década de 1960, o Conselho funcionou em uma sala, no sexto andar do Edifício Banco Mineiro da Produção, localizado na Av. Governador Bley, no centro de Vitória.

A partir do segundo semestre de 1970, o Conselho passou a funcionar no 8º e 9º andares do Edifício Caparaó, na Av. Princesa Isabel, também no centro de Vitória, onde permaneceu até 1996, com a nova mudança para o 1º andar do Edifício Yung, na Av. Cesar Hilal, Bento Ferreira, onde funciona até os dias de hoje.

A crescente participação efetiva dos profissionais do Crea-ES desencadeou no Conselho a eleição direta para presidente, no final da década de 1980, firmando um passo importante na democratização da instituição.

Os Presidentes e suas principais realizações:

1960 – 1975 - Eng. Civil Harry de Freitas Barcellos - Fundou o Crea-ES junto com outros estudantes da 1ª turma de Engenharia da Ufes - Ampliou as atividades do Conselho, adquirindo um espaço maior para a sede no edifício Banco Mineiro e, depois, no edifício Caparaó - Desenvolveu um amplo processo de conscientização para reunir os profissionais do Estado - Consolidou o Conselho a partir das primeiras parcerias com entidades de classe para fixar a importância do registro profissional, como as Escolas de Engenharia e Arquitetura - Realizou a Semana da

Engenharia, em 1975. Por meio do evento, que atraiu cerca de 800 profissionais de todo país, o Crea-ES ficou nacionalmente conhecido.

1976 – 1981 - Eng. Civil Filemon Tavares - Ampliou as instalações do Crea-ES no edifício Caparaó - Maior enfoque à fiscalização, com o surgimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) - Iniciou um projeto de assistência financeira às entidades de classe ligadas ao Conselho - Criou as Câmaras Especializadas.

1982 – 1984 - Eng. Civil Marco Antônio Barboza da Silva - Houve elevação da ART. Neste período, o Crea-ES cobrava 50% do valor estipulado pelo Confea, a título da anuidade - A fiscalização do Conselho se expandiu para o interior do Espírito Santo - Registro definitivo do Crea-ES e equilíbrio financeiro.

1985 – 1987 - Eng. Agrônomo José Oscar de Magalhães - Instituiu o plano de saúde para os funcionários - A Unidade de Fiscalização recebeu quatro carros novos para aprimorar o serviço - Intermediou ação na qual a Corregedoria do Tribunal de Justiça garantiu que todas as perícias e avaliações fossem feitas por profissionais registrados no Conselho - Contratou mais funcionários para atendimento ao público - Criou a inspetoria de Cachoeiro de Itapemirim - Instituiu a Mútua – Caixa de Assistência do Espírito Santo - Criou o Receituário Agrônomo.

Jan 1988 - Abr 1988 - Eng. Agrônomo e Civil Jorge Gerhardt - Colocou em funcionamento o primeiro computador do Crea-ES.

Mai 1988 - Dez 1988 - Arquiteto Jolindo Martins Filho - Comprou novos equipamentos de informática - Equilibrou as finanças do Conselho - Implantou as eleições diretas no Crea-ES.

1989 – 1993 - Eng. Agrônomo Valter José Matielo - Primeiro presidente eleito e reeleito do Conselho pelo voto direto - Interiorização dos serviços do Conselho, através da instalação das primeiras inspetorias do Crea, nos municípios de Colatina e Cachoeiro de Itapemirim - Total apoio para criação da Associação dos Servidores (Ascrea), aquisição de área social e instituição de plano de saúde para os funcionários - Participação ativa junto com Ufes, Escola Técnica, Findes, CST (Arcelor Mittal) e Vale na elaboração do primeiro Programa Capixaba de Qualidade e Produtividade - Realização da primeira SOEA no Espírito Santo - Início do processo de informatização do Conselho.

1994 – 1999 - Eng. Eletricista Paulo Bubach - Com o lema “Democracia e qualidade” buscou o aperfeiçoamento da gestão, com a utilização sistemática do planejamento e a valorização dos funcionários - Criou o Colégio de Entidades, a Comissão de Engenharia de Segurança do Trabalho e a Revista Tópicos - Aumentou a autonomia das Câmaras Especializadas e proporcionou maior valorização profissional, apoiando a defesa do Salário Mínimo Profissional - Crea-ES conquistou sua atual sede, com recursos próprios - Crea-ES recebeu certificação ISO 9000.

2000 a 2005 - Eng. Eletricista Silvio Roberto Ramos - Crea-ES expandiu sua atuação com fiscal em atividades industriais em prestadoras de serviços de empresas de grande porte e áreas rurais - Reorganização Administrativa - Orçamento Participativo - Programa de Educação Continuada - Implantação do novo Sistema Corporativo de informática.

2006 a 2011 - Eng. Civil e de Seg. Trabalho Luis Fernando Fiorotti Mathias - Parcerias com instituições públicas e privadas - Criação do Portal do Crea-ES (site e agência online) - Conquista do GesPública (Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização) - Integração no Pacto Global, iniciativa das Nações Unidas (ONU).

2012 – 2017 - Eng. Agrônomo Helder Paulo Carnielli - Interiorização, novas inspetorias e Crea Itinerante - Modernização do processo de gestão e transparência - Plano de Cargos e Salários para os funcionários - Aquisição da primeira frota própria de veículos para fiscalização - Fortalecimento das entidades e reativação do Colégio de Entidades – Avanço na área de Tecnologia da Informação

com destaque para: – Sistema on line de ART, Fiscalização Móvel - Software Específico para Fiscalização, BI Business Intelligence – Sistema Gerador de Relatórios Gerencias e GED – Gestão de documentos.

1.4. Organograma

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo é formado por uma estrutura básica que é definida na legislação e por uma estrutura de operacionalização.

ESTRUTURA BÁSICA DO CREA-ES

PLENÁRIA

Órgão deliberativo máximo, sendo constituído por profissionais indicados pelas entidades de classe e pelas instituições de ensino registradas no Crea-ES, sob a presidência de um profissional eleito pelo conjunto dos profissionais, para um mandato de 3(três) anos. Os Conselheiros indicados pelas entidades têm mandato de 3(três) anos, sendo renovado 1/3 deles a cada ano. O número de Conselheiros na Plenária é resultado da proporcionalidade entre o número de profissionais inscritos no Crea-ES, por modalidade, e o número de profissionais inscritos nas instituições que os indicam.

DIRETORIA

Órgão executivo da estrutura básica do Crea-ES que tem por finalidade auxiliar a presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas. A diretoria é composta por Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Diretor Administrativo, Vice-Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e Vice-Diretor Financeiro. Da mesma forma que a Plenária, a composição da Diretoria é definida pelo Regimento Interno do Crea-ES.

CÂMARAS ESPECIALIZADAS

As Câmaras Especializadas têm atribuições definidas nos artigos 45 e 46 da Lei 5.194/66, para julgar assuntos de registro e fiscalização pertinentes às respectivas modalidades e habilitações afins e infrações ao Código de Ética em primeira instância.

Cada câmara é constituída com o mínimo de 3 (três) Conselheiros pertencentes à modalidade profissional, e de 1 (um) Conselheiro eleito pela plenária, representando as demais categorias profissionais, cuja finalidade e funcionamento são definidos pela legislação pertinente e pelos Regimentos Internos específicos.

COMISSÕES PERMANENTES, COMISSÕES ESPECIAIS E GRUPOS DE TRABALHO

São órgãos integrantes da estrutura de suporte (isso de acordo com o regimento interno. Porém, o organograma abaixo não demonstra isso e deixa as comissões e GTs dentro da estrutura básica) da Instituição, para desenvolver funções e atividades específicas, subsidiando decisões da Plenária, sendo sua composição e funcionamento definidos no Regimento Interno do Crea-ES, atendendo legislação pertinente.

1.4.1. Estrutura do Organograma

O Organograma – constante no Anexo I, do Capítulo 7 deste Relatório de Gestão

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1. Planejamento Organizacional

No exercício de 2015, o planejamento das ações do Crea-ES teve como referência o Plano Estratégico 2012/2017, os projetos prioritários dele derivados, cuja definição de metas foram estabelecidas nas reuniões do Núcleo de Gerenciamento, com rebatimento na Política de Qualidade ISO 9001, em termos de metas e indicadores dos principais itens de controle do Conselho, e no Orçamento Anual da Instituição, submetido pela Diretoria à Plenária do Conselho.

O Plano Estratégico do Crea-ES foi concluído em fins de 2012, refluindo seus efeitos para a programação anual de atividade e para a política de Qualidade ISO 9001. Já em 2013, foram ajustadas a visão estratégica, o quadro de metas e os indicadores de controle, dando-lhe nova redação, conforme segue:

Política da Qualidade

Participar do desenvolvimento da sociedade, orientando e fiscalizando o cumprimento da legislação e da ética nas atividades de Engenharia, Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, com vistas à valorização profissional, à qualidade e à segurança das obras/serviços, à qualidade de vida da população e à melhoria contínua dos processos de trabalho do Crea-ES.

Negócio

Registrar, Orientar e Fiscalizar o Exercício das Profissões da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em níveis médio e superior, regulamentadas pelo Sistema Confea/Crea, no âmbito do Espírito Santo.

Missão

Ser uma instituição pública que contribui para o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, assegurando à sociedade que o exercício da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia seja desempenhado por profissionais e empresas legalmente habilitados.

Visão

Ser referência para a sociedade, para os profissionais e empresas na prestação de serviços de qualidade e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Valores

Ética, Transparência, Inovação, Valorização Profissional, Segurança, Sustentabilidade, Eficácia, Busca da Excelência, Valorização das Pessoas, Comprometimento, Impessoalidade.

Eixos Estratégicos de Trabalho

Os eixos foram estabelecidos como referencial estratégico para delimitar o foco e a ênfase das ações do Crea-ES, sendo definidos em amplo debate com os principais atores e usuários dos serviços do Conselho, na elaboração do Plano 2012/2017. Tais eixos, listados abaixo, foram extraídos da situação política, socioeconômica, tecnológica e ambiental do Estado, e mantidos em 2015, dada a pertinência de seu conteúdo à realidade do Estado. Desta forma, são os seguintes os eixos estratégicos:

1. Fortalecer as entidades de classe registradas no Sistema Confea/Crea.
2. Assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da instituição.
3. Consolidar a instituição valorizando seu corpo funcional, objetivando tornar-se referência no Sistema Confea/Crea.
4. Valorizar os profissionais da Engenharia, da Agronomia e áreas afins.
5. Promover a integração institucional e a inserção social do Crea-ES na comunidade capixaba.

Considerando a forte identidade dos referidos Eixos Estratégicos com as atribuições institucionais, discutiu-se com os gestores, conselheiros e servidores do Crea-ES, o delineamento de um conjunto de projetos, que vem sendo implementados desde 2013, garantindo-se a continuidade das ações operacionais relevantes do Conselho, no período 2013/2017. Os projetos foram concebidos e agregados em três pilares que enfeixam, estruturalmente, a organização e as funções institucionais do Crea-ES. São eles:

Com base nesses Eixos Estratégicos, foram elaborados 17 Projetos Prioritários 2012-2017, listados a seguir:

Projetos voltados para a sociedade

Canal aberto para a Sociedade.
Sustentabilidade em segmentos relevantes da área tecnológica.
Engenharia e Agronomia Públicas.
Implantação do novo Plano de Comunicação Institucional.

Projetos de valorização profissional

Promoção de Debates Temáticas.
Estruturação de ações integradas com entidades de classe, instituições de ensino e Crea júnior.
Prêmio Destaque Profissionais do ano.
Congresso Estadual de Engenheiros.

Projetos de Estruturação do Crea-ES.

Qualidade Total no atendimento.
Modernização e Ampliação das Ações de Fiscalização.
Implantação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários.
Implementação de Planos anuais de Capacitação de Pessoal.

Renovação e Ampliação do Quadro de Pessoal.
Reestruturação da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
Parcerias para Melhorar a Eficácia da Fiscalização.
Nova Sede do Crea-ES.
Implantação do núcleo de estudos normativos e revisão de procedimentos

Referido Plano Estratégico e as ações operacionais e derivadas dele decorrentes tem vinculação com os dispositivos da Lei 5.194/66, que instituiu o Sistema CONFEA/CREA, como conjunto de autarquias federais que normatizam e fiscalizam o exercício profissional, nos termos das disposições constitucionais estampadas no Art. 5º, inciso XIII, que assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei exercer. O Art. 33 da lei 5.194/66 rege também os Conselhos Regionais, como o Crea-ES.

Em sua concepção, o Crea-ES tem duas características próprias inconfundíveis, ou seja, a diversidade de profissionais e o hibridismo constitucional, ou seja, há uma pluralidade de profissionais a que se vincula ao Conselho, de nível médio ou superior, além do que sua composição se faz com representantes da sociedade civil – as entidades de classe e as instituições de ensino tecnológico - que indicam os membros do Plenário do Conselho. Portanto, embora autárquica, trata-se de uma organização, em essência, pluralista. Daí porque, suas atividades se voltam, também, para a valorização e capacitação dos profissionais registrados, eis que sua missão última é prestar serviços de qualidade á sociedade.

Por fim, mas também relevante enquanto organização pública federal, é importante considerar os meios necessários à prestação de serviços de qualidade, sejam aqueles voltados ao público de profissionais e empresas registradas, sejam os serviços sociais, de interesse público, prestados a segmentos sociais no âmbito da Engenharia e Agronomia Públicas. Dito de outra forma, a questões organizacionais e estruturais para a execução dos serviços de interesse público, dentro do escopo de atribuições do Crea-ES, precisam CE continuo aperfeiçoamento e melhorias.

Os principais objetivos estratégicos para o exercício de 2015 foram os seguintes:

- a) Ênfase na sustentabilidade econômico-financeira da instituição: Ampliação da arrecadação e auditoria dos processos de execução da dívida ativa;
- b) Tecnologias para o desenvolvimento sustentável: Em face dos eventos do acidente do navio-plataforma Cidade de São Mateus, a serviço da Petrobras, da escassez hídrica e da ruptura da Barragem da SAMARCO, que afetou toda a bacia do Rio doce;
- c) Treinamento de profissionais com cursos e eventos: especialmente voltados para novas tecnologias;
- d) Ampliação da base de Fiscalização, com extensão das ações para o setor público
- e) Avanços na reestruturação da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- f) Novas estruturas para as Inspetorias Regionais e desconcentração das ações do Conselho.

Vivenciou-se, no exercício em referência, em vista do agravamento da crise política e ética, que repercutiram no desempenho da economia, riscos e ameaças decorrentes do declínio das receitas de ART's, e das demandas judiciais quanto ao à legalidade e constitucionalidade dessas receitas que já se fazem presentes em alguns segmentos no Espírito Santo. Do ponto de vista do Sistema, esses riscos e ameaças são comprometedores da sustentabilidade econômico/financeira do CONFEA/CREA/MUTUA.

Ademais, a transição existente no regime jurídico de contratação de servidores, agravada pela indefinição do Poder Executivo em disponibilizar os instrumentos e meios necessários à implantação definitiva do Regime Jurídico Único dos servidores públicos para todo o Sistema CONFEA/CREA, cria-se dificuldades adicionais no âmbito da realização de concurso público para preenchimento de cargos efetivos. A questão é a de que o entendimento do judiciário, em decisão prolatada decorrente de demanda sindical, é pelo Regime Jurídico Único na contratação de novos servidores efetivos. Contudo, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ainda não baixou as diretivas e instrumentos normativos para sua viabilização.

Embora essas limitações, o Crea-ES, visando à mitigação dos riscos e ameaças, atuou fortemente na arrecadação e no processo de recuperação de receitas da dívida ativa, e na conscientização da importância da emissão das ART's, entre as empresas, setor público e profissionais. Neste particular, o acidente com o navio-plataforma Cidade de São Mateus, no início do ano, e ruptura da barragem da SAMARCO, com as graves conseqüências ambientais e sociais, expondo a responsabilização técnica e administrativa das empresas e dos profissionais que atuaram em alguns dos elos identificados como fatores determinantes dos referidos acidentes, contribuíram para evidenciar a importância da emissão das ART's e, particularmente, com o detalhamento das responsabilidades específicas explicitadas nas correspondentes anotações. Quanto à realização do Concurso público, o Crea-ES continua no aguardo das orientações do Governo Federal, sobre o o Regime Jurídico Único. Enquanto isso, atividades meios foram parcialmente terceirizadas e a carência maior de servidores está centrada no conjunto de atividades fins

2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Conforme os objetivos estratégicos, foram delineados os objetivos e metas para as ações mais relevantes do Conselho, no exercício de 2015. Tais objetivos e metas são explicitados a seguir, de forma sintética, porquanto serão detalhados pelas respectivas unidades gerenciais, neste mesmo relatório:

2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Ainda que ao longo do desenvolvimento deste relatório sejam demonstradas as vinculações do plano estratégico, tático e operacional do Crea-ES, convém destacar alguns elementos que são importantes para mostrar a aderência do planejamento anual com a missão institucional do Conselho. Em primeiro lugar, conforme já descrito, o Planejamento anual está ancorado em diretrizes do Plano Estratégico 2012/2107. Em segundo lugar, considerando os eixos estratégicos delineados no Plano, foram definidos os objetivos 4estratégicos, daí os objetivos específicos e as metas para o exercício de 2015. Compulsando esses elementos de planejamento, com os resultados restará demonstrada a vinculação, sempre considerando as atribuições legais e a missão do Conselho. Mesmo assim, vale considerar que o escopo do planejamento alcança três pilares importantes : (a) As disposições legais, *strictu sensu*, inerentes ao Conselho; (b) Os elementos objetos do planejamento orçamentário e financeiros; (c) as atividades programáticas inseridas no plano anual e a contrapartida dos resultados alcançados. Assim, atribuições legais, plano de ação e resultados estabelecem o vínculo e a aderência que se espera do processo de planejamento e de execução e controle do Crea-ES.

2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O acompanhamento da execução e a aferição de resultado se desenvolvem em duas formas básicas: a primeira, através de relatórios quantitativos e qualitativos que se procedem nas Reuniões ordinárias do NUGE – Núcleo Gestor - constituído do corpo gerencial do Conselho e nas reuniões da Diretoria do Conselho; a segunda se relaciona ao controle de resultados procedidos pelo Escritório da Qualidade, naquilo que lhe é afeto, especialmente quando se refere aos “Itens de controle dos principais processos do Crea-ES”, em especial, os processos finalísticos.

Demais disso, as atas e registros nos relatórios das Plenárias e das Câmaras Especializadas e dos Grupos de Trabalho são elementos adicionais que registram, as atividades específicas da estrutura básica do Conselho, constituída do Plenário, das Câmaras Especializadas; da Presidência; das Diretoria e das Inspetorias.

Os resultados revelam o controle dos registros em atas e relatórios parciais produzidos ao longo do exercício, e o registro de vetores definidos no Programa de Qualidade ISO 9001, do Conselho.

2.3. Desempenho Orçamentário

2.3.1. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Situação em 31/12/2015

QUADRO 01 - DEMONSTRAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO					
DESEMPENHO FINANCEIRO					
Indicadores		2013	2014	2015	Média da Variação (%)
Despesa Pública	Gastos com Pessoal na Despesa	58,54%	63,18%	57,72	59,81%
	Investimentos nas áreas meio	31,77%	35,15%	30,53	32,48%
DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO					
Indicadores		2013	2014	2015	Média da Variação (%)
Balanço Orçamentário	Execução da Receita	110,55%	95,69%	102,45%	102,90%
	Execução da Despesa	107,48%	82,26%	83,40%	91,05%
	Resultado Orçamentário	2,86%	16,33%	22,84%	88,20%
Balanço Financeiro	Execução Financeira	8,50%	2,85%	(3,07%)	2,76
Balanço Patrimonial	Situação Financeira	15,75%	(11,61%)	(4,06%)	0,08%
	Resultado Patrimonial	42,55%	31,63%	9,31%	27,83%
	Situação Permanente	236,93%	2,90%	12,07%	116,99%
Variações Patrimoniais	Resultado das Variações Patrimoniais	0,00%	10,62%	(232,34%)	(110,06%)

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

Os gastos com pessoal mantiveram uma coerência nos três últimos exercícios, exceto no exercício de 2014 onde se registrou despesas referentes ao exercício de 2013, porém na média foi mantido o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal. Bem como foi mantido o sincronismo com relação aos gastos com investimentos na área meio.

Balanço Orçamentário:

Execução da Receita – nos exercícios de 2013 e 2015 a receita realizada superou a expectativa ficando acima do Orçado. No exercício de 2014, por motivos operacionais na cobrança de anuidade ocasionando um índice alto de inadimplência, assim sendo o Crea-ES teve um desempenho aquém do orçado;

Execução da Despesa – no desempenho da execução das despesas nos 3 últimos exercícios, os dispêndios guardaram coerência com a receita arrecadada, também não ultrapassando o valor fixado;

Resultado Orçamentário – nos três exercícios em questão o Crea-Es obteve superávits orçamentários, lembrando que consideramos somente Receitas e Despesas Correntes. Excluindo assim Superávits acumulados e Despesas de Capital.

Balanço Financeiro:

Na execução financeira o Crea-ES teve superávits nos exercícios de 2013 e 2014, no exercício de 2015 obteve um superávit primário de 3,07% e déficit após dispêndios com investimentos.

Balanço Patrimonial:

Situação Financeira – o Crea-Es contou com um incremento financeiro de 15,75% considerando o exercício de 2012 para 2013 justificados por análises e cortes em vários contratos compromissos da gestão anterior, de 2013 para exercício de 2014 com a retomada da nova gestão administrativa teve uma redução de (11,61%). No exercício de 2014 para 2015 teve uma redução de (4,06%), revertido em ganho no Patrimonial com investimento em aquisição

de imóvel;

Resultado Patrimonial – em 2013 foi realizada uma depreciação, amortização ou exaustão de itens do patrimônio e também avaliação e mensuração dos ativos e passivos em cumprimento as diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público contidas nas NBCT 16.9 e 16.10. Em 2014 foi lançado dentro do exercício um valor a receber de Contribuições que deveriam ser registradas no início do exercício de 2015, conforme já justificado em nota explicativa deste relatório. Em 2015 o incremento deve-se a registros de inscrições em Dívida Ativa atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade, investimentos em aquisição de imóveis;

Situação Permanente - o Crea-Es teve um incremento significativo em seus ativos permanente no exercício de 2013, foi feita mensuração no valor de seu imóveis colocando o valor de mercado, atendendo as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade. Ficando estabilizado em 2014 e em 2015 foi registrado inscrição e baixa de Dívida Ativa no Ativo Permanente de acordo com o MPCASP e as normas da Secretária do Tesouro Nacional.

Variações Patrimoniais:

Em 2013 foi iniciada a implantação das Novas Normas Brasileiras de Contabilidade, portando não tínhamos parâmetros para calcular a variação de 2012 para 2013. Em 2014 foi lançado previsão de recebimento de Contribuições que deveriam ter sido lançadas no início de 2015, ocasionando uma variação irreal. Em 2015 foram registradas na contabilidade inscrição e baixa de Dívida Ativa e aplicação de recursos financeiros em investimentos, como explicitados em itens anteriores.

Situação em 31/12/2015

QUADRO 02 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2015	1.597.512,59	1.053.898,02	505.111,37	39.860,30
2014	46.237,46	44.308,46	872,00	1.057,10
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2015	726.271,00	699.231,00	12.800,00	14.240,00
2014	579.731,37	579.423,52	307,85	0,00
2013	920.162,74	837.155,91	83.006,83	0,00

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

Obs.: Nos exercícios de 2012 e 2013 não estava separado Restos a Pagar Processados e Não processados. A partir de 2014 foi regularizado.

2.3.2. Execução descentralizada com transferência de recursos

Situação em 31/12/2015

QUADRO 03 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS						
Nome:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	17	9	4	364.049,63	310.598,84	100.373,00
Contrato de repasse						
Totais	17	9	4	364.049,63	310.598,84	100.373,00

Fonte: Unidade Financeira - Convênios

Situação em 31/12/2015

QUADRO 04 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE					
Nome:					
UG/GESTÃO:					
Exercício da Prestação das Contas 2014	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão 2015	Contas Prestadas	Quantidade	10		
		Montante Repassado	310.598,84		
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado			

Fonte: Unidade Financeira - Convênios

QUADRO 05 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO				
Nome:				
UG/GESTÃO:				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	10	-	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	310.598,84	-	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-	-

Fonte: Unidade Financeira - Convênios

QUADRO 06 - PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS					
Nome:					
UG/GESTÃO:					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios		x			
Contratos de repasse					

Fonte: Unidade Financeira - Convênios

Fundamentação legal:

Convênios celebrados em 2013;

Resoluções 1.032/2011 e 1038/2012 do Confea.

Convênios celebrados em 2014 e 2015;

Resolução 1.053/2014 do Confea e Ato Normativo 58/2014 do Crea-ES.

Análise crítica:

O Crea-ES celebra convênios com entidade de classe devidamente registrada no Conselho, objetivando a sua inserção na política de fiscalização do exercício profissional, especialmente no que concerne à observância das disposições contidas na Lei nº. 6.496, de 1977 que instituiu a Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, conforme os termos das Resoluções nº. 1032/2011, 1038/2012 e 1053/2014 do Confea e Ato Normativo 58/2014 do Crea-ES.

As Entidades de Classe registradas são:

1. Sociedade Espiritossantense do Engenheiros Agrônomos - **SEEA**
2. Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias de Engenharia - **IBAPE-ES**
3. Sindicato dos Engenheiros do Estado do Espírito Santo - **SENGE-ES**

4. Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado do Espírito Santo – **SINTAES**
5. Sindicato dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – **SINTEC**
6. Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros – **SEE**
7. Associação dos Engenheiros Florestais do Espírito Santo – **AEFES**
8. Associação de Técnicos Agrícolas do Espírito Santo – **ATAES**
9. Associação dos Tecnólogos do Estado do Espírito Santo – **ATECNOLOGOS**

2.3.3. Informações sobre a realização das receitas

O desempenho orçamentário neste exercício, superou as expectativas com execução da arrecadação de 102,45%, do valor orçado inicialmente para receitas operacionais extraído o orçado para alienação de bens e superavit financeiro acumulado.

O **Quadro 07** – constante no Anexo II, do Capítulo 07 deste Relatório de Gestão – apresenta as informações sobre a origem das receitas.

Situação em 31/12/2015

QUADRO 08 - NATUREZA DA RECEITA			
Código	Nomenclatura	Previsão	Arrecadação
6.2.1.1.1	RECEITA CORRENTE	20.580.748,93	21.085.311,95
6.2.1.1.1.01	RECEITA TRIBUTÁRIA	6.131.370,54	7.512.405,73
6.2.1.1.1.02	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.803.034,38	9.535.259,79
6.2.1.1.1.03	COTA PARTE	0,00	0,00
6.2.1.1.1.04	RECEITA PATRIMONIAL	132.170,72	133.481,95
6.2.1.1.1.05	RECEITA DE SERVIÇOS	661.774,62	790.189,00
6.2.1.1.1.06	FINANCEIRAS	811.480,80	925.911,00
6.2.1.1.1.07	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	800.000,00	192.400,00
6.2.1.1.1.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.240.917,87	1.995.664,48
6.2.1.1.1.09	RECEITA DE DEVOLUÇÃO	0,00	0,00
6.2.1.1.2	RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00
6.2.1.1.2.01	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
6.2.1.1.2.02	ALIENAÇÃO DE BENS	3.400.000,00	0,00
6.2.1.1.2.03	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	0,00	0,00
6.2.1.1.2.04	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00
6.2.1.1.2.05	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
5.2.1.2.2.06.01	SUPERÁVIT FINANCEIRO	10.666.362,10	0,00
TOTAL		34.647.111,03	21.085.311,95

Fonte: Unidade Financeira – Relatórios Contábeis

O desempenho orçamentário neste exercício superou as expectativas, com execução da arrecadação de 102,45% do valor orçado inicialmente para receitas operacionais, extraído o orçado para Alienação de Bens e Superavits Financeiros acumulados.

QUADRO 09 - FORMA DE PARTILHA DA RECEITA				
Código	Nomenclatura	Receita Bruta Arrecadada	Cota Parte Repassada	Cota Parte a Repassar
6.2.1.1.1	RECEITA CORRENTE	26.746.808,87	5.656.159,15	50.410,64
6.2.1.1.1.01	RECEITA TRIBUTÁRIA	11.047.655,49	3.535.249,76	
6.2.1.1.1.02	RECEITAS DE CONTRIBUICOES	11.217.952,69	1.682.692,90	
6.2.1.1.1.03	COTA PARTE	0,00	0,00	
6.2.1.1.1.04	RECEITA PATRIMONIAL	133.481,95	0,00	
6.2.1.1.1.05	RECEITA DE SERVICOS	929.634,12	139.445,12	
6.2.1.1.1.06	FINANCEIRAS	929.911,00	0,00	
6.2.1.1.1.07	TRANSFERENCIAS CORRENTES	192.400,00	0,00	
6.2.1.1.1.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.295.773,62	300.109,14	
6.2.1.1.2	RECEITA DE CAPITAL	0,00		
6.2.1.1.2.01	OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00		
6.2.1.1.2.02	ALIENACAO DE BENS	0,00		
6.2.1.1.2.03	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	0,00		
6.2.1.1.2.04	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		
6.2.1.1.2.05	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
Cota Parte a Repassar - Confea			3.403.897,26	42.730,79
Cota Parte a Repassar - Mútua			2.201.851,25	7.679,85

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

A receita do Crea-ES é realizada na origem a partição, o valor líquido arrecadado representa 68% da arrecadação de Receitas Tributárias (anotação de responsabilidade técnica), pois 20% vai para Mútua Caixa de Assistência dos Profissionais e 12% para o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; e 85% da arrecadação de Outras Receitas Correntes (operacionais), 15% vai para o Conselho Federal.

2.3.4. Informações sobre a execução das despesas

QUADRO 10 - COMPARATIVO DA DESPESA ENTRE OS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS							
Demonstrativo Sintético da Despesa							
Código	Nomenclatura	Exercício de 2013		Exercício de 2014		Exercício de 2015	
		Fixada	Executada	Fixada	Executada	Fixada	Executada
6.2.2.1.1.01	DESPESA CORRENTE	21.576.890	17.223.207	30.341.961	19.661.492	23.294.098	19.427.134
6.2.2.1.1.01.01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.399.683	7.096.159	8.476.388	8.459.788	8.741.788	8.505.467
6.2.2.1.1.01.03	JUROSE E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.177.207	10.127.048	21.865.573	11.201.704	14.552.310	10.921.667
6.2.2.1.1.02	DESPESA DE CAPITAL	4.209.209	588.802	1.108.000	396.543	11.353.011	2.326.580
6.2.2.1.1.02.01	INVESTIMENTOS	4.209.209	588.802	1.108.000	396.563	11.353.011	2.326.580
6.2.2.1.1.02.02	INVERSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	FINANCEIRAS						
6.2.2.1.1.02.03	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.03.02	OUTRAS AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.04	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		25.786.099	17.812.009	31.449.961	20.058.055	34.647.109	21.753.714

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

A evolução orçamentária das despesas correntes fixadas nos três últimos exercícios foi desenvolvida de acordo com compatibilidade e sincronismo entre ingressos e dispêndios. A de se destacar que em 2014 foi adicionado a Despesas Correntes o valor de R\$ 7.397.715,18, referente a Reservas de Contingências, que na realidade seriam utilizados em Despesas de Capital o que não se realizou. Na execução das despesas de 2013 para 2014 tivemos um acréscimo de 14,16% dos quais 19,22% foi em Despesas com Pessoal e Encargos. Já de 2015 para 2014 tivemos um decréscimo de (- 1,19%) em Despesas Correntes por contingenciamento, limitação de gastos devido dificuldades na estimação de ingressos. A gestão financeira possibilitou um ganho em Despesas de Capital de 586,72%, com investimento em aquisição de imóveis.

O Quadro 11 – constante no anexo III, do capítulo 07 deste relatório de gestão – demonstração da execução orçamentária por natureza e elemento de despesa

Situação em 31/12/2015

QUADRO 12 - DESPESAS COM CONTRATAÇÃO E COM PESSOAL				
Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Paga	
	2014	2015	2014	2015
1. Modalidade de Licitação	8.915.105	8.945.339	4.994.752	6.400.929
1.1. Convite	460.109	410.499	373.929	337.233
1.2. Tomada de Preços	386.813	258.749	301.303	187.904
1.3. Concorrência	735.688	411.200	360.506	356.870
1.4. Pregão	7.298.720	5.612.177	3.925.521	3.273.708
1.5. Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6. Consulta	33.775	2.252.714	33.493	2.245.214
2. Contratações Diretas	1.506.228	2.097.726	861.618	1.505.150
2.1. Dispensa	905.334	1.271.684	560.392	1.031.491
2.2. Inexigibilidade	600.894	826.042	301.226	473.659
3. Regime de Execução Especial	12.000	8.300	11.093	7.985
3.1. Suprimento de Fundos	12.000	8.300	11.093	7.984
4. Pagamento de Pessoal	6.847.223	6.841.478	6.847.223	6.841.478
4.1. Pagamento em Folha	6.484.278	6.516.868	6.484.278	6.516.868
4.2. Diárias	362.945	324.610	362.945	324.610
5. Outros	5.103.006	4.285.939	3.843.345	2.844.991
Total	27.702.600	27.708.247	18.738.130	21.007.812

Fonte: Unidade Financeira - Relatórios Contábeis

Serviços sistema de registro de preços onde a compra é feita sob demanda, pregão realizado no final do exercício ocasionando um grande cancelamento de empenhos ficando para o exercício seguinte.

2.4. Desempenho Operacional

- a) Receitas: As receitas totais do Crea-ES no exercício de 2015 somaram R\$ 21.085.311,95, o que corresponde a 4,45% das mesmas receitas verificadas no período anterior. As origens dessas receitas são de anuidades (R\$ 8.898.700,32), Receitas Tributárias – ART (7.512.405,73), financeira (925.911,00), dívida ativa (749.926,29), transferências correntes (192.400,00), dentro outra de menor expressão.
- b) Despesas: As despesas correntes totalizaram R\$ 22.807.613,06, sendo R\$2.497.825,99 de despesas de capital e R\$ 20.309.797,07 de despesas correntes. Comparativamente ao exercício de 2014, as despesas cresceram 26%, em termos nominais, 13,80%. Tal desempenho decorreu muito mais pelo crescimento das despesas de capital, de 530%, em vista da aquisição de imóvel em Cachoeiro de Itapemirim. De fato, as despesas correntes cresceram apenas 3,29%. Dentre as principais rubricas de despesas encontram-se as de pessoal e encargos (8.505.466,91), Serviços de terceiros PJ (6.476.738,68), benefícios (2.233.168,85), diárias e passagens (934.499,23) e Aplicação de receitas corrente - PRODESU (556.665,52), outras (1.603.247,88).

2.5. Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

NOTA EXPLICATIVA SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO E A METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DE MULTAS E A ARRECADAÇÃO DOS VALORES DESSAS MULTAS PELO CREA-ES

A aplicação de multas pelos Conselhos Regionais do Sistema Confea/Crea está disciplinada no Art. 73, da Lei nº 5.194/66, com a redação dada pela Lei nº 6.619/78, que preconiza faixas de valores para cada tipo de infração, da seguinte forma:

- a) de um a três décimos do valor de referência, aos infratores dos artigos 17 e 58 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade;
- b) de três a seis décimos do valor de referência, às pessoas físicas, por infração da alínea “b” do Art. 6º, dos Arts. 13.14 e 55 ou do parágrafo único do Art 64;
- c) de meio a um valor de referência, às pessoas jurídicas, por infração dos Arts. 13, 14, 59 e 60, e parágrafo único do Art. 64;
- d) de meio a um valor de referência, às pessoas físicas, por infração das alíneas, “a”, “c” e “d” do Art. 6º;
- e) de meio a três valores de referência, às pessoas jurídicas, por infração do Art. 6º.

Esses valores são atualizados, anualmente, pelo Conselho Federal, por meio de Resoluções, cuja aplicabilidade em cada Estado é normatizada por meio de Atos Normativos próprios.

No caso do Crea-ES, o Ato Normativo que disciplinou os valores de Multas a serem aplicadas no ano de 2015, foi o Ato Normativo nº 60 de 08/12/2014.

A fundamentação legal para aplicação das multas são as Leis Federais 5.194/66, 6.496/77 e 4.950-A/66, detalhadas pela Resolução do Confea 1.008/2004, ajustada pelo Crea-ES às suas especificidades regionais pelo Ato Normativo 015/2004, atualizado pelo Ato Normativo nº 61/2015.

O Ato Normativo nº 61/2015, dispõe de forma muito clara sobre a metodologia de aplicação e recebimento dos valores das Multas, no Art. 25:

ITEM	INFRINGÊNCIA	DISPOSITIVO QUE ESTIPULA O VALOR DA MULTA
1	Aos infratores dos artigos 17 e 58 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade da Lei nº 5.194/66;	Alínea “a” do Art. 73 da Lei 5.194/66 e Art. 3º da Lei 6.496/66.
2	Às pessoas físicas, por infração da alínea “b” do Art. 6º, e aos artigos 13.14 e 55 e parágrafo único do Art 64 da Lei nº 5.194/66.	Alínea “b” do Art 73 da Lei 5.194/66
3	Às pessoas jurídicas, por infringência aos Arts. 13, 14, 59 e 60, e parágrafo único do Art. 64 da Lei nº 5.194/66.	Alínea “c” do Art 73 da Lei 5.194/66
4	Às pessoas físicas, por infringência às alíneas, “a”, “c” e “d” do Art. 6º da Lei nº 5.194/66.	Alínea “d” do Art 73 da Lei 5.194/66
5	Às pessoas jurídicas, por infringência ao Art. 6º da Lei nº 5.194/66.	Alínea “e” do Art 73 da Lei 5.194/66

O Art. 26. Disciplina a maneira como as multas serão aplicadas, assim explicitando:
 “As multas aplicadas corresponderão ao valor máximo de referência da faixa estipulada pelo Confea, em Resoluções específicas editadas a cada ano, de acordo com as disposições do Art. 73 da Lei nº 5.194/66, ratificadas por Ato Normativo do Crea-ES.”

Para maior clareza, foi elaborado o quadro a seguir:

ITEM	INFRINGÊNCIA	VALORES DE MULTA	
		MÁXIMO	MÍNIMO
1	Aos infratores dos artigos 17 e 58 e das disposições para as quais não haja indicação expressa de penalidade da Lei nº 5.194/66;	536,62	178,87
2	Às pessoas físicas, por infração da alínea “b” do Art. 6º, e aos artigos 13.14 e 55 e parágrafo único do Art 64 da Lei nº 5.194/66.	1.073,23	536,62
3	Às pessoas jurídicas, por infringência aos Arts. 13, 14, 59 e 60, e parágrafo único do Art. 64 da Lei nº 5.194/66.	1.788,72	894,36
4	Às pessoas físicas, por infringência às alíneas, “a”, “c” e “d” do Art. 6º da Lei nº 5.194/66.	1.788,72	894,36
5	Às pessoas jurídicas, por infringência ao Art. 6º da Lei nº 5.194/66.	5.366,16	894,36
Obs. 1 – O valor de referência é R\$ 1.788,72. Obs. 2 – As multas serão aplicadas em dobro em casos de reincidência.			

A metodologia de recebimento das Multas restou disciplinada no §1º do Art. 26 do Ato Normativo 61/2015, que assim reza:

§1º. O valor da multa poderá ser quitado com desconto proporcional, conforme tabela a seguir, desde que o infrator regularize a situação apontada na Notificação e Auto de Infração – NAI.

PRAZO (Em dias, contados da data do recebimento da NAI pelo	DESCONTO
--	----------

Notificado até a data de regularização)	
Até 60 dias	Redução para o valor mínimo da tabela do Confea
De 61 a 120 dias	50% para os itens 1 e 5 da tabela do Art 25 deste Ato.
	30% para os itens 2, 3 e 4 da tabela do Art 25 deste Ato.

Outra consideração importante são as isenções previstas nos atos normativos 015/2004 e 61/2015.

Ato Normativo 61/2015:

Art. 28. Ficará isento do pagamento de multa:

- I – todo notificado que regularizar a obra/serviço no prazo estipulado, por meio de profissional devidamente habilitado;
- II – as entidades beneficentes reconhecidas como de utilidade pública em que a elaboração do projeto, a direção e a execução da obra ou serviços estejam sendo exercidos em caráter filantrópico por profissionais legalmente habilitados no Sistema Confea/Crea e após a respectiva regularização;
- III – o leigo comprovadamente carente, assim entendido como aquele que percebe até 3 (três) salários mínimos mensais, desde que a obra/construção seja para sua própria moradia e compatível com seu rendimentos, após a respectiva regularização.

Desta forma,

Considerando tudo o que foi exposto;

Considerando o caráter mais orientativo e pedagógico da Fiscalização do Crea-ES, onde prevalece a visão institucional de defesa da sociedade, ou seja, a busca pela regularização da obra/serviço é mais importante do que o propósito arrecadatório, razão pela qual adotamos a Notificação Prévia, que possibilita a regularização da obra/serviço, sem o pagamento da Multa, ou em determinados casos, o pagamento da Multa, com descontos incentivadores.

É previsível que haja uma diferença significativa entre o valor bruto total gerado no ato da aplicação da multa e o valor total efetivamente recebido.

Eng Agrônomo **José Adilson de Oliveira**
Gerente da Unidade de Fiscalização do Crea-ES

O Quadro 13 – constante no Anexo IV, do Capítulo 07 deste Relatório de Gestão – Acompanhamento da Arrecadação de Multas – Quantidade

O Quadro 14 – constante no Anexo V, do Capítulo 07 deste Relatório de Gestão – Acompanhamento da Arrecadação de Multas - Valores (R\$ 1,00)

QUADRO 15 - ARRECADAÇÃO EFETIVA (R\$ 1,00)		
Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados	
	Exercícios	
	2015	2014
2015	323.013,24	-
2014	144.032,44	388.175,77
Total	467.045,68	388.175,77

Fonte: Unidade Financeira – Dívida Ativa – Relatórios do Sistema Cooperativo

QUADRO 16 - INDICADORES DE MULTAS DAS ENTIDADES FISCALIZADORAS – ACÓRDÃO 482/2013-TCU-PLENÁRIO					
Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2015	2014
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	0	0
	%	Físico	a/b x 100	#DIV/0!	#DIV/0!
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	0	0
	%	Físico	a/b x100	#DIV/0!	#DIV/0!
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	635	503
	Qtde	Aplicadas	b	4.672	2.363
	%	Físico	a/b x 100	13,59%	21,29%
	R\$	Canceladas	c	1.187.427,50	911.138,19
	R\$	Aplicadas	d	9.977.812,32	4.754.794,12
	%	Financeiro	c/d x 100	11,90%	19,16%
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	0	0
	Qtde	Aplicadas	b	4.672	2.363
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
	R\$	Suspensas	c	0,00	0,00
	R\$	Aplicadas	d	9.977.812,32	4.754.794,12
	%	Financeiro	c/d x 100	0,00%	0,00%
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em	Qtde	Arrecadadas	a	411	250
	Qtde	Aplicadas	b	4.672	2.363
	%	Físico	a/b x 100	8,80%	10,58%

número de multas recolhidas)	R\$	Arrecadadas	c	467.045,68	388.175,77
	R\$	Aplicadas	d	9.977.812,32	4.754.794,12
	%	Financeiro	c/d x 100	4,68%	8,16%

Fonte: Unidade Financeira – Dívida Ativa – Relatórios do Sistema Cooperativo

2.6. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Quadro 17 – constante no Anexo VI, do Capítulo 07 deste Relatório de Gestão – QUADRO DE METAS.

O Quadro 18 – constante no Anexo VII, do Capítulo 07 deste Relatório de Gestão –ITENS DE CONTROLE DOS PRINCIPAIS PROCESSOS DO CREA-ES – 2015

O Quadro 19 – constante no Anexo VIII, do Capítulo 07 deste Relatório de Gestão – ACOMPANHAMENTO DE METAS.

3. GOVERNANÇA

3.1. Descrição das estruturas de governança

A estrutura de Governança do Crea-ES é subdividida em duas subestruturas, conforme demonstrado no Organograma Funcional do Conselho, exposto na figura 01 no anexo I. Tais subdivisões são a estrutura básica e a estrutura auxiliar, cujas funções de governança são distintas e integradas. Na estrutura básica se inserem a Governança Superior, com caráter normativo e deliberativo, no âmbito do Regional: Plenário (órgão colegiado decisório, tem por finalidade decidir assuntos relacionados às competências do Conselho Regional, constituindo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição), Câmaras e Especializadas (órgão decisório, tem por finalidade apreciar e decidir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho Regional, constituindo a primeira instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição), Presidência (órgão executivo máximo, tem por finalidade dirigir o Crea e cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário), Presidência (órgão executivo máximo, tem por finalidade dirigir o Crea e cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário), e Inspetorias Regionais. (órgão executivo que representa o Crea no município ou na região onde for instituída e tem por finalidade fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea). Ainda integra a estrutura básica a estrutura de suporte, com as comissões permanente, especial e grupos de trabalho. Destaque-se que a Presidência tem sua Assessoria, sendo que a ouvidoria é preenchida com cargo de assessoramento.

A estrutura auxiliar é integrada pela Superintendência a que se vinculam a Procuradoria Geral e as Gerências, quais sejam: Gerência Administrativa, Gerência Financeira, Gerência de Relacionamento Institucional – que conta com uma Subgerência específica, Gerência de Atendimento – que também tem sua Subgerência específica, Gerência de fiscalização e Gerência de Comunicação.

Tais estruturas auxiliares são o braço operacional efetivo do Conselho, aquelas que produzem os serviços necessários aos profissionais e empresas e prestam apoio ao funcionamento da estrutura básica e da estrutura de suporte.

Ainda que, a partir de excertos do regimento interno, são explicitadas as funções de cada unidade das estruturas básica e auxiliar, importa aqui evidenciar aquelas unidades que se responsabilizam pelo controle interno, além da ouvidoria.

a) Comissão Permanente de Orçamento e Tomada de Contas: Em nível de estrutura básica, destaca-se o papel da Comissão Permanente de Orçamento e Tomada de Contas, integrada por Conselheiros, cuja atribuição é analisar a proposta orçamentária e suas reformulações, assim como as prestações de contas trimestrais, recomendando ajustes, se for o caso, e encaminhando ao Plenário o parecer quanto à sua apreciação. Esta é, do ponto de vista do controle interno das decisões dos gestores, a Comissão Permanente mais importância do Conselho, sob o ponto de vista das decisões e comprovação das despesas.

b) Procuradoria Geral: Trata-se de unidade, em nível gerencial, que se manifesta tanto sobre os procedimentos licitatórios e administrativos internos, quanto sobre a juridicidade dos contratos e das decisões da Presidência, sobre temas que demandam serviços jurídicos. Exerce, assim, importante função cautelar quanto à aplicação dos recursos do Conselho.

c) Gerência Administrativa: Concentra nessa Gerência a origem da demanda da maior parcela do gasto orçamentário, identificados na folha de pagamentos, nas compras de materiais de consumo e permanentes, na realização de gastos de investimento. A Comissão Permanente de Licitação e o setor de compras ficam sob responsabilidade dessa Gerência. Nesta linha, em integração com a Procuradoria Geral e com a Gerência financeira, exerce papel efetivo de controle de despesas.

d) Gerência Financeira: Trata-se da instância inicial de empenho da despesa, e final de liquidação e pagamento da referida despesa. Por sua natureza, ainda que não se configurando uma Controladoria, exerce de fato a função, porquanto tem em mãos os dados e informações para o exercício do controle interno.

e) Ouvidoria – A ouvidoria, enquanto órgão estruturado, ainda não se verifica no Crea-ES. A atual gestão, desde 2012, criou a ouvidoria, contando com servidor comissionado, de livre nomeação do Presidente. A ouvidoria, nos moldes concebidos pelo seu ouvidor, atua tanto na auscultação dos funcionários internos, como dos profissionais registrados e de cidadãos do povo, fazendo tramitar as demandas da comunidade e dos profissionais nas varias unidades da estrutura auxiliar, e monitora o tempo de resposta, ou de atendimento dos pleitos ou informações encaminhadas.

3.2. Informações sobre dirigentes e colegiados

A **Presidência** é exercida por Profissional de Nível Superior, eleito pelos profissionais registrados e regulares junto ao Conselho, em conformidade com a Resolução nº 1.021/2007, Confea.

Atualmente o Presidente do Crea-ES é o Eng. Agrônomo Helder Paulo Carnielli, que encontra-se em seu segundo mandato (2012/2014 e 2015/2017).

A **Diretoria** é o órgão executivo da estrutura básica do Crea que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas.

Diretoria é constituída por conselheiros regionais, como segue:

Situação em 31/12/2015

QUADRO 20 - RELAÇÃO DOS DIRETORES			
	Nome	Cargo/Função	Mandato
1	HELDER PAULO CARNIELLI	Presidente	01/01/15 – 31/12/2017
2	FRED ROSALÉM HELIODORO	Vice-Presidente	14/01/15 - 1ª Sessão Plenária de 2016
3	ÁLVARO JOÃO BRIDI	2º Vice Presidente	14/01/15 - 1ª Sessão Plenária de 2016
4	JOSÉ ANTONIO DO AMARAL FILHO	Diretor Administrativo	14/01/15 - 1ª Sessão Plenária de 2016
5	SIMONE COUTINHO LACERDA	Diretor Financeiro	14/01/15 - 1ª Sessão Plenária de 2016
6	GERALDO ROSSONI SISQUINI	Vice Diretor Administrativo	14/01/15 - 1ª Sessão Plenária de 2016
7	ANA CRISTINA	Vice Diretora Financeira	14/01/15 - 1ª Sessão Plenária de 2016

Fonte: Unidade de Relacionamento e Institucional – Atas, 2015

Atualmente o Plenário do Conselho é constituído por 34 (trinta e quatro) Conselheiros Titulares com seus respectivos Conselheiros Suplentes, sendo 28 representantes de Entidades de Classe (Associação de Engenheiros Florestais do Espírito Santo – AEFES, Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Espírito Santo – IBAPE-ES, Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros – SEE, Sociedade Espírito-santense de Engenheiros Agrônomos – SEEA, Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo – SENGE-ES) e 06 representantes de Instituições de Ensino registradas (Faculdade de Aracruz – FAACZ, Faculdades Integradas Espírito Santenses – FAESA, Faculdade Brasileira – MULTIVIX, Faculdade Centro Leste – UCL e Universidade Federal do Espírito Santo – UFES).

Os 33 Conselheiros (Titulares e Suplentes) estão distribuídos em 6 Câmaras Especializadas.

O Quadro 21 - Anexo IX, do Capítulo 07 deste Relatório de Gestão – COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO

3.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Temos a esclarecer que, no âmbito administrativo, com fundamento no Regimento Interno do Crea-ES, através de Portaria é nomeada uma comissão de funcionários ou conselheiros, conforme o caso concreto, com vistas a apurar, eventuais infrações e/ou atos ilícitos realizados em face do Conselho ou que prejudiquem o serviço.

As atribuições das comissões permanentes constam no Regimento Interno. Já as obrigações das Comissões Disciplinares são descritas na referida Portaria. Os membros das Comissões disciplinares competem, em síntese, autuar o processo administrativo, convocar e ouvir as partes interessadas/testemunhas, colher documentos, fazer relatórios de conclusão dos trabalhos dentro dos prazos estabelecidos.

3.4. Gestão de riscos e controles internos

Constatou-se, no exercício de 2015, o agravamento da crise política, ética e de gestão, que repercutiram no desempenho da economia, gerando riscos e ameaças decorrentes do declínio das receitas de ART's. Relativamente à Gestão de riscos, foram exaustivamente monitoradas as receitas e despesas, especialmente a partir de setembro/2015, visando assegurar o alcance dos objetivos e metas institucionais.

A qualidade dos controles internos administrativos foi aperfeiçoada através de sistema gerencial – BI - que passou a ser implantado a partir de 2015, um importante instrumento de controle interno que já avança para o controle financeiro.

No que diz respeito à observância e colhimento da legislação aplicável ao Conselho, no âmbito administrativo e financeiro, releva destacar que o controle interno se processa em duas frentes: a primeira, relacionada ao acompanhamento da execução orçamentária e a segunda se funda no acompanhamento das disponibilidades financeiras, no estrito propósito de observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, inerentes à administração pública. Tais controles, por exemplo, determinaram uma drástica redução de despesas no último trimestre, preservando os objetivos de alcançar os resultados programados, mantendo o equilíbrio das finanças do Conselho.

3.5. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

O Quadro 22 – constante no Anexo X, do Capítulo 07 deste Relatório de Gestão – APRESENTA O DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHEIROS EM ATIVIDADES DA ENTIDADE.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1. Canais de acesso do cidadão

As atividades da Ouvidoria do CREA-ES são iniciadas a partir da formalização de denúncia, elogios, reclamação, solicitações de serviços e sugestão por parte da sociedade, profissionais, instituições de ensino, empresas de engenharia e afins, entidades de classe, organismos governamentais sejam feitas por telefone, e-mail (site/internet) ou pessoalmente na ouvidoria.

O Fale Conosco é um sistema que é acessado pelo cidadão no site do Crea-ES e que comportam os recebimentos de dúvidas, solicitações de serviços, e também assuntos referentes à denúncia, elogios, reclamação e sugestão, estes últimos controlados pela Ouvidoria.

4.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Unidade de Comunicação mede anualmente, por meio de Pesquisa, a satisfação dos profissionais e empresas registrados no Crea-ES com relação à qualidade na prestação de serviços da instituição.

A implementação desse instrumento de aferição visa identificar a percepção desses usuários em relação ao conselho profissional no qual são registrados. Os aspectos de satisfação e os pontos que devem ser tratados são encaminhados para os gestores das unidades, permitindo às gerências que estabeleçam metas e estratégias para promover a melhoria contínua das atividades de trabalho.

Em 2016, a empresa Polaris Informática desenvolveu a Pesquisa de Satisfação pela WEB utilizando o software SIPOS, buscando identificar pontos fortes, pontos fracos e oportunidades de melhoria do desempenho da gestão em 2015, considerando os seguintes itens: Perfil dos Entrevistados, Formas de Comunicação, Cursos e Eventos, Serviços Oferecidos, Desempenho da Gestão e Impacto Econômico.

A divulgação junto ao público-alvo foi realizada por intermédio de envio de e-mails, sensibilizando os usuários para a participação na Pesquisa, e por meio de anúncios no Jornal Tribuna do Cricaré (Norte do Estado), na Revista ProCampo (segmento agrônomo). O Crea-ES também criou um banner eletrônico no portal da instituição para divulgação e acesso direto ao formulário da Pesquisa.

Participaram da pesquisa 806 profissionais e 75 empresas. O resultado revelou boas possibilidades de melhora em vários aspectos na relação do Conselho com as empresas registradas e na sua própria gestão.

Apresentamos a seguir uma síntese dos resultados segmentados por **PROFISSIONAIS** e **EMPRESAS**.

PROFISSIONAIS

De acordo com a pesquisa de satisfação respondida por 806 profissionais registrados no Crea-ES descrevemos, de forma resumida, os seguintes resultados:

Formas de Comunicação

- O Site e o Informativo Eletrônico (e-mail) são os meios de comunicação mais utilizados para se informar sobre as ações do Crea, sendo que cada um foi escolhido por 36%;
- 61% consideraram que o site do Crea-ES tem boa navegabilidade;
- 71% consideraram que o site do Crea-ES tem boa confiabilidade;
- 70% recebem e lêem o informativo eletrônico (News) do Crea-ES, enviado por email aos profissionais;
- 26% receberam a primeira edição da revista do Crea-ES (Tópicos), enviada por email.

Cursos e Eventos

- 76% recebem e lêem o informativo eletrônico (News) do Crea-ES, enviado por email aos profissionais;
- 67% não participam dos cursos e eventos promovidos pelo Crea-ES, entre os principais motivos apontados da “Não Participação” estão: conteúdo, local de realização, custo e falta de tempo;
- 34% não sabem que o Crea oferece descontos significativos e promove sorteios de bolsas para cursos e eventos;
- A grande maioria considerou que os melhores dias e horários para realização de cursos e eventos são: Sábado, matutino: 34% / Segunda à sexta, noturno: 33%.

Serviços Oferecidos

- 45% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a prestação de serviços do CREA-ES;

- Avaliação sobre a prestação de serviços do Crea quanto aos seguintes itens:

- Atendimento presencial: 63% Excelente e Bom;
- Atendimento telefônico: 53% Excelente e Bom;
- Atendimento Crea Itinerante: 49% Excelente e Bom;
- Atendimento Fale Conosco: 47% Excelente e Bom;
- Atendimento Ouvidoria: 43% Excelente e Bom;
- Atendimento Redes Sociais (Facebook): 50% Excelente e Bom;
- Prazos de serviços: 46% Excelente e Bom;
- Ambiente e instalações: 77% Excelente e Bom;
- Acesso aos locais de atendimento: 73% Excelente e Bom;
- Fiscalização do Exercício Profissional: 35% Excelente e Bom.

- Comparado a 2013 e 2014, a qualidade dos serviços oferecidos pelo CREA-ES em 2015 foi considerado 89% igual, melhor ou muito melhor;

Desempenho da Gestão

- 49% consideraram que desempenho da atual gestão do CREA-ES é boa ou ótima, 34% consideraram regular, e 17% consideraram ruins ou péssimos;
- Das ações recentes do Crea citadas, as 3 (três) que foram consideradas mais importantes foram:
 - Melhoria na informatização dos serviços (19%);
 - Fortalecimento das relações com as instituições de ensino registradas no Crea-ES (15%);
 - Novo Sistema de ART (14%).

Momento Econômico

Foi solicitado para que os profissionais e empresas comentassem os impactos do momento econômico em sua vida profissional, e houve muitos depoimentos que expressaram preocupação com o momento atual, diminuição de oportunidades de serviço e de emprego e renda.

EMPRESAS

De acordo com a pesquisa de satisfação respondida por 75 empresas registradas no Crea-ES apresentamos, de forma sucinta, os seguintes resultados:

Formas de Comunicação

- 77% consideraram que o site do CREA-ES tem boa navegação (usabilidade);
- 82% disseram que confiam nas informações disponíveis no site do Conselho;
- 78% utilizam o site ou o Informativo Eletrônico para se informar sobre as ações da instituição;
- 72% dos entrevistados recebem o Informativo Eletrônico por e-mail. Desses 61% lêem a publicação;

Cursos e Eventos

- 63% das empresas recebem o Informativo Eletrônico semanal com a relação dos cursos e eventos promovidos pelo Crea-ES; Desse número, 58% afirmaram que lêem a publicação.
- Sobre a maneira como os usuários se informam sobre os descontos oferecidos pelo Conselho e a promoção de sorteios de bolsas para os cursos e eventos, 24% disseram que ficam sabendo pelo site e 22% conhecem essas vantagens por intermédio do Informativo Eletrônico.
- A grande maioria considerou que os melhores dias e horários para realização de cursos e eventos são: Segunda à sexta, noturno: 36%; Sábado, matutino: 40%; Sábado, vespertino: 13%.

Serviços Oferecidos

- 70% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a prestação de serviços do Crea-ES;
- Avaliação sobre a prestação de serviços do Conselho quanto aos seguintes itens:
 - Atendimento presencial: Mais de 72% - Excelente e Bom;
 - Atendimento telefônico: Mais de 52% - Excelente e Bom;
 - Crea Itinerante: 45% - Bom;
 - Atendimento Faleconosco: Mais de 50% - Excelente e Bom;
 - Atendimento Ouvidoria: Mais de 44% - Excelente e Bom;
 - Atendimento Redes Sociais (Facebook): Mais de 44% - Excelente e Bom;
 - Prazos de serviços: Mais de 51% - Excelente e Bom;
 - Ambiente e instalações: Mais de 74% - Excelente e Bom;
 - Acesso aos locais de atendimento: Mais de 82% - Excelente e Bom;
 - Fiscalização do Exercício Profissional: Mais de 55% - Excelente e Bom.

- Sobre os serviços Online disponíveis no Site do Crea-ES, 63% das empresas que responderam à pesquisa consideraram ótimos ou bons.

- Comparado a 2013 e 2014, a qualidade dos serviços oferecidos pelo Crea-ES em 2015 foi igual para 48% das empresas. 49% consideraram melhor ou muito melhor.

Desempenho da Gestão

- 72% das empresas consideraram que o desempenho da atual gestão do Conselho é boa ou ótima;

- Das ações recentes do Crea citadas, as 4 (quatro) consideradas mais importantes foram

- Melhoria na Informatização dos Serviços (22%);
- Novo Sistema de ART (20%);
- Parcerias institucionais com as prefeituras municipais nas ações de Engenharia e Agronomia Pública e Social (13%);
- Melhoria dos espaços de atendimento (13%).

4.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A lei de acesso à informação está parcialmente obedecida em 2015 com previsão para estar atendida em conformidade com Ofício Confea Circular nº 0484/2016 e Ofício 0102/2016-TCU/SECEX-RS em 2016.

Os prazos desses atendimentos são de 20 dias prorrogáveis por mais 10 sendo o total de 30 e o resultado tem-se mantido positivo, uma vez que mais de 90% ficou respondido nesse prazo.

4.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

No intuito de cumprir a legislação vigente e buscar cada vez mais, tornar acessível produtos serviços e instalações, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo – Crea-ES, vem adotando medidas que visam universalizar o conhecimento das normas pela sociedade e profissionais do Sistema Confea/Crea, bem como a renovação de sua própria estrutura.

Medidas Institucionais:

A elaboração de cartilhas de orientação a sociedade e profissionais do sistema:



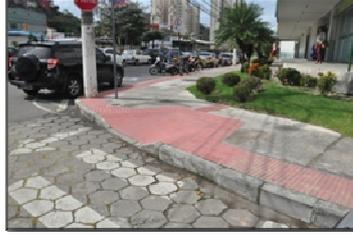
Medidas internas:

Edifício Yung, sede administrativa do Crea-ES

Passagem para cadeirantes 2015



Rampa de acesso a calçada 2015



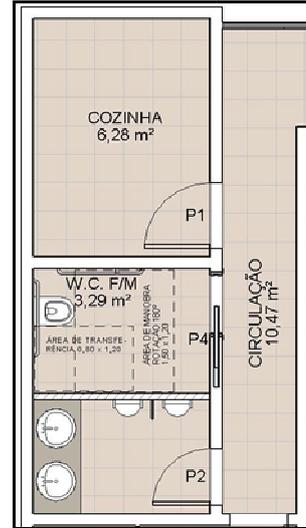
Calçada cidadã 2015



Rampa de acesso 2015



WC acessível em 2016



Unidade de Atendimento e Fiscalização – Crea-ES

Com rampa de acesso 2015



Cabine elevatória 2015



5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1. Desempenho financeiro no exercício

A partir de 01/01/2013, a Contabilidade do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo – CREA-ES foi elaborada de acordo com as normas do CFC e da STN, no processo de convergência da contabilidade pública às normas internacionais de Contabilidade.

O processo de evolução da contabilidade do setor público brasileiro deve ser analisado em conjunto com o próprio processo de evolução das finanças públicas. Nesse contexto, o Crea-ES que tem como base a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estabelece regras que visam à construção de administrações financeira e contábil sólidas, tendo como principal instrumento o orçamento público. Consequentemente aplica-se as normas relativas a registros e demonstrações contábeis, vigentes até hoje, que dão enfoque aos conceitos orçamentários, em detrimento da evidência dos aspectos patrimoniais e também a lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A qual, no intuito de propiciar o equilíbrio das finanças públicas, estabelece dentre outros, limites para o endividamento público e para as despesas com pessoal e cria instrumentos de transparência da gestão fiscal.

Além das leis no ordenamento jurídico vigente, o Crea-ES adotou o novo padrão de informações da contabilidade aplicada ao setor público, que permite a correta interpretação dos resultados patrimoniais e diagnóstico da situação orçamentária, financeira e a análise dos resultados econômicos. Neste contexto é imprescindível reafirmar a condição da Contabilidade Aplicada ao Setor Público como ciência, resgatando os princípios contábeis sob a perspectiva do setor público, dando o enfoque adequado ao seu objeto, o patrimônio público, e primando por seu registro integral, sob a mesma base conceitual, onde ficam estabelecidas diretrizes relacionadas à promoção e ao desenvolvimento conceitual, a convergência as normas internacionais e ao fortalecimento institucional da Contabilidade.

5.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação mensuração de ativos e passivos

Em Agosto de 2013 atendendo a Resolução 1.036/11 foi elaborada a depreciação amortização e exaustão do patrimônio, e também a avaliação e mensuração dos ativos em cumprimento as Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público em especial, nas NBCT 16.9 e 16.10.

A depreciação do ativo mobilizado, amortização ou exaustão foi realizada através do método ROSS-HEIDEC calculando a data de depreciação mediante a idade e estado de conservação do bem para apuração.

A avaliação do ativo imobilizado foi realizada pelo método direto comparativo de dados do mercado, a metodologia aplicada também foi a ROSS-HEIDEC.

Esta metodologia é consagrada e atende a todos os requisitos para calculo de imperment e depreciação da NBR 14653-1 e 5 da ABNT.

A partir de 2015 foi implantada a sistematização mensal da depreciação dos ativos mobilizados.

Os procedimentos relacionados ao ativo imobilizado guardam relação com a integração entre os sistemas de gestão patrimonial e o sistema contábil. Na impossibilidade desta integração, é necessário que o registro contábil possua suporte documental.

No procedimento de implantação dos registros contábeis do ativo imobilizado, foi destacada em notas explicativas a política contábil de depreciação e exaustão, de reavaliação e de ajuste ao valor recuperável.

É importante destacar que os procedimentos de registro contábil não devem ser confundidos com a responsabilização pelo controle patrimonial, se faz necessária a segregação de funções dos responsáveis pelo registro contábil da informação e do controle e gestão patrimonial. A conciliação patrimonial, entre o sistema de patrimônio e o sistema contábil, é realizada periodicamente.

5.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei n. 4.320/64, que institui Normas Gerais de direito Financeiro para elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Em consonância com o que estabelece as Decisões Normativas do TCU 134/2013, 140/2014, tais como apresentação de relatórios de Gestão e peças que compõem o processo de contas. Detalhando Planejamento, Organização, Direção, Coordenação e Controle na Administração Pública.

Em 2015 os procedimentos e demonstrações contábeis foram atualizados pelo que estabelece a Portaria STN n. 548 de 24 de Setembro de 2015. Esta portaria regulamenta o art. 13 da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013. E estabelece os prazos-limite obrigatórios relativos à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios brasileiros, em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, conforme disposto na Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008. O documento lista os procedimentos patrimoniais a serem necessariamente observados para a consolidação das contas públicas nacionais sob a mesma base conceitual, onde são apresentadas considerações acerca da descrição do procedimento, as fontes normativas e os passos necessários para a respectiva implantação de maneira simplificada

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de pessoas

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo – Crea-ES possui 92 funcionários, sendo que 74 (setenta e quatro) são funcionários em cargos efetivos, e 18 (dezoito) ocupam cargos comissionados. Desse total 44 (quarenta e quatro) funcionários estão lotados na área meio e 48 (quarenta e oito) na área fim.

Além dos números mencionados acima o Crea-ES possui um quadro de 31 (trinta e um) estagiários e 25 (vinte e cinco) colaboradores terceirizados.

Os funcionários possuem excelente nível de escolaridade muito em decorrência da política de capacitação e treinamento realizada, sendo que 70% (setenta) possui Nível Superior e/ou Especialização.

O Crea-ES possui também dotação orçamentária anual aprovada de Núcleo Gestor destinada a capacitação de pessoal.

O Plano de Capacitação dos Recursos Humanos do Crea-ES é um esforço de educação contínua e sustentada, centrado no crescimento dos funcionários enquanto profissionais, cidadãos e pessoas, voltado para a consecução das suas Diretrizes, Políticas e Iniciativas Estratégicas.

Está estruturado de forma a contribuir para o processo de transformação e adequação do Crea-ES aos novos tempos, aberto à sociedade, às novas tecnologias, profundamente centrado na visão cliente e na criação de padrões de excelência na prestação de serviços.

Está voltado para a instituição de ambiente interno de trabalho que propicie o desenvolvimento do cidadão corporativo, visando a promoção da melhoria contínua dos processos de gestão e de administração.

O programa de Capacitação é integrado por quatro componentes:

1 - Capacitação dos Funcionários devidamente planejada, organizada, direcionada, para todos os Funcionários ou grupos de funcionários, e que seja voltada para a consecução das Diretrizes, Políticas e Iniciativas Estratégicas do Crea-ES.

2 - Capacitação dos funcionários para o atendimento às demandas oriundas das Unidades de Trabalho, vinculadas ao cumprimento das Diretrizes, Políticas e Iniciativas Estratégicas do Crea-ES.

3 - Participação do funcionário em congressos, encontros, seminários, simpósios, e assemelhados, de natureza temática ou interesse de profissões.

4 - Capacitação dos funcionários por demanda individual de forma a contribuir com o desenvolvimento do seu projeto de vida pessoal.

Para cada Cargo/Função, o Crea-ES definiu em sua Matriz Funcional os conhecimentos, as habilidades e as competências necessárias. Essa definição é considerada quando da seleção de novos colaboradores e também é a base para elaboração do Programa de Capacitação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Crea-ES. Anualmente é feita uma análise e identificação de capacitação dos colaboradores. Com base nos levantamentos são definidas ações a serem desenvolvidas segundo o Programa de Capacitação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Crea-ES. As ações de capacitação são operacionalizadas através da Unidade Administrativa. Após a realização dos eventos de capacitação, é feita uma avaliação da sua eficácia junto às Gerências e Núcleo Gestor, verificando se os objetivos foram alcançados. Caso o treinamento não seja considerado eficaz, são definidas as ações corretivas necessárias.

Os eventos de capacitação são monitorados e medidos continuamente, através dos indicadores dos processos, para avaliação da capacidade de alcançar os resultados planejados e as metas estabelecidas. A Unidade Administrativa é responsável por identificar, definir e elaborar os métodos

de medição e os respectivos indicadores aplicados à sua atividade, utilizando-os para análise dos resultados e implementação das correções e melhorias necessárias.

O Crea-ES possui um Plano de Cargos e Salários (PCS) que visa instrumentalizar a gestão de pessoas com o propósito de atrair, reter e desenvolver profissionais com as necessárias competências ao exercício de suas funções e possibilitar a conquista dos objetivos organizacionais do Conselho. O PCS defini as políticas e diretrizes para a administração dos cargos, carreiras e salários do Crea-ES, determina a estruturação horizontal e vertical de níveis e salários capazes de atrair, manter e desenvolver os profissionais, visando atingir e manter o equilíbrio salarial interno e a competitividade de mercado do Conselho, define os critérios de avaliação de desempenho dos profissionais, a fim de que possam ascender na estrutura horizontal e vertical da tabela salarial, adequando a estrutura salarial vigente às diretrizes definidas pela Presidência, no que se refere às políticas internas de não ultrapassar 57% (cinquenta e sete por cento) da sua Receita Corrente Líquida.

O Crea-ES considera que as funções desempenhadas pelos funcionários do Conselho se constituem em serviço público federal e que tendo em vista que dentre o quadro de funcionários do Conselho, encontram-se profissionais com área de formação nas profissões fiscalizadas pelo Crea-ES, especialmente Consultores Técnicos e Fiscais, determina então que os funcionários ocupantes de cargos, cuja área de formação seja em alguma das profissões vinculadas ao Sistema Confea/Crea, ficam impedidos de assumir função de responsabilidade técnica em estabelecimentos sujeitos à fiscalização do Conselho, bem como de participarem como sócios administradores de tais empresas.

O Quadro 23 – constante no Anexo XI, do Capítulo 7 deste Relatório de Gestão – Composição da força de trabalho no Crea-ES.

6.2. Estrutura de pessoal da unidade

QUADRO 24 - FORÇA DE TRABALHO			
Tipologia dos Cargos	Lotação Efetiva	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
Servidores em Cargos Efetivos	74	0	0
Servidores com Vínculo (Cargos omissos)	18	05	01
Total de Servidores	92	05	01

Fonte: Unidade Administrativa – Arquivos Funcionais

QUADRO 25 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	
Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva

	Área Meio	Área Fim
Servidores em Cargos Efetivos	27	47
Servidores com Vínculo (Cargo Comissionado)	17	1
Total de Servidores	44	48

Fonte: Unidade Administrativa – Arquivos Funcionais

QUADRO 26 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES			
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação Efetiva	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
Cargos em Comissão			
Servidores em Cargos em Comissão	18	06	
Funções Gratificadas			
Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12		
Total de Servidores em Cargo e em Função	30	06	

Fonte: Unidade Administrativa – Arquivos Funcionais

Análise Crítica:

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo possui os cargos divididos em dois grupos: O Grupo Operacional que é constituído dos cargos Técnicos e Administrativos, identificados como cargos efetivos e o Grupo de Gerenciamento e Assessoramento que são os cargos de Gerência e Estratégico, ou Assessoria, de livre nomeação do Presidente, como cargos comissionados ou funções gratificadas.

Os cargos efetivos são os cargos que pertencem à família de atividades amplas e que se distribuem e atendem a toda a estrutura do CreaA-ES. São os cargos de concurso público e que compõem a tabela salarial. São eles: Administrador, Analista de Sistemas, Contador, Consultor Técnico, Fiscal, Jornalista, Procurador e Técnico de Serviços Operacionais.

Os cargos comissionados são cargos de natureza gerencial ou de assessoramento especial previstos na estrutura de operacionalização do CREA-ES, de confiança e de provimento exclusivo do Presidente do CREA-ES, portanto não foram incluídos, na Tabela Salarial. São eles: Superintendente, Procuradoria Geral, Gerentes de Unidades, Assessorias, Supervisões, Secretaria da Presidência, Subgerente e Assistentes.

6.3. Demonstrativo das despesas com pessoal

QUADRO 27 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL						
Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis			Total
			Indenizações (auxílio alimentação)	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	
Servidores de carreira em cargos efetivos						
Exercícios	2015	6.516.868,63				6.516.868,63
	2014	5.256.790,25				5.256.790,25
Servidores com vínculo (Cargos Comissionados)						
Exercícios	2015	1.259.106,25				1.259.106,25
	2014	986.826,11				986.826,11
Servidores de carreira em cargos efetivos e Servidores em Cargos Comissionados						
Exercícios	2015		1.227.194,96	836.303,23	598.044,88	2.661.543,07
	2014		1.174.252,11	754.895,53	1.275.375,31	3.204.522,95

Fonte: Unidade Financeira – Relatórios contábeis

Análise Crítica:

O Crea-ES em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal sempre observou o respeito ao limite de 57% (cinquenta e sete por cento) da receita corrente líquida e a existência de recursos orçamentários financeiros para pagamentos dos salários de seus funcionários.

As despesas com pessoal sem os benefícios em 2015 representou com os encargos trabalhistas e previdenciários 42,60% (quarenta e dois vírgula sessenta por cento) da Receita Operacional do Crea-ES que foi de R\$19.967.000,95 (dezenove milhões, novecentos e sessenta e sete mil e noventa e cinco centavos).

O aumento dos valores pagos de vencimentos em relação a 2014 se deu em função do aumento da força de trabalho em 2015. Foi realizada uma revisão no plano estratégico, para promover correções e ajustes de prioridades, devido à necessidade de aperfeiçoar a estrutura auxiliar do Conselho, visando avançar no compromisso de aproximar ainda mais o Conselho e suas ações, da sociedade capixaba. O objetivo maior era descentralização e abrangência do atendimento dos profissionais, instituições e empresas nas Inspetorias e a promoção de encontros, cursos e outros eventos de

interesse regionalizado dos profissionais e da sociedade. Foram feitos também, ajustes na Procuradoria Geral, com a criação de dois cargos de assistente jurídico, dispensando-se a contratação de serviços jurídicos externos para a execução fiscal, com as inscrições de inadimplentes na dívida ativa, a partir de 2014. Tornou-se necessária a criação e estruturação do setor de Mediação e Conciliação, na Cobrança da dívida ativa. Foram realizados ajustes na Unidade de Atendimento, para melhorar a atenção aos profissionais, instituições e empresas, com ênfase na descentralização, criando a Subgerência de atendimento presencial. Foram realizados ajustes na Unidade de Relacionamento Institucional, com o objetivo de fortalecer a capacidade de atenção às relações institucionais externas, tendo em vista o crescimento das da demanda das instituições de ensino, da demanda de cursos e eventos dos profissionais e empresas, e de parcerias com os órgãos públicos, com a criação da Subgerência de Relacionamento Institucional.

6.4. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

1 - O Crea-ES possui riscos relacionados ao pessoal, acerca do quadro deficitário de pessoal, e devido a indefinição quanto ao regime de trabalho pertinente aos Conselhos de Fiscalização. Este Conselho não prosperou em realizar Concurso Público. Com o lançamento do Edital de nº 001/2014/CREA-ES, a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e nas Entidades Coligadas e afins – FENASERA propôs Ação Civil Pública em face do Crea-ES objetivando, liminarmente, que este Conselho procedesse à alteração na Cláusula do Edital, para fazer constar a contratação de pessoal pelo Regime Jurídico Único instituído pela Lei 8.112/90, e não pelo regime celetista, como adotado até hoje, tanto pelo Crea-ES como também pelos demais Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia do País, e originariamente previsto no referido edital.

A Ação foi distribuída à 3ª (Terceira) Vara Federal Cível de Vitória – Seção Judiciária do Espírito Santo. Ao analisar o pedido liminar, o MM. Juízo, com fundamento na decisão liminar concedida pelo STF nos autos da ADI nº 2.135, concedeu a antecipação de tutela pleiteada pela FENASERA e determinou a alteração do Edital de Concurso Público para constar o regime jurídico único na contratação, e não o celetista. A decisão ainda consignou que a contratação sob o regime celetista é admitida apenas nas contratações temporárias e de cargos em comissão, o que não é a hipótese dos cargos previstos no concurso.

O Crea-ES, irressignou-se com tal decisão, vez que a matéria relacionada com o regime jurídico ao qual se vinculam os funcionários dos Conselhos Profissionais ainda está em discussão no âmbito do Poder Judiciário e, também, porque a própria cláusula 1.9 do Edital de Concurso Público nº 001/2014/CREA-ES, ao prever o regime celetista, assegurou a possibilidade de adoção de outro regime jurídico que, por força de lei ou decisão transitada em julgado, viesse a substituí-lo.

Assim, tão logo cientificado do teor da tutela antecipada concedida, este Conselho interpôs o recurso cabível contra tal decisão, o Agravo de Instrumento, perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro, Processo nº 0105441-84.2014.4.02.0000, pleiteando, além da reforma, a concessão de efeito suspensivo da decisão agravada. Até a presente data, o MM. Desembargador a quem foi distribuído o processo não se pronunciou a respeito da tutela antecipada recursal e também quanto ao efeito suspensivo requerido pelo Crea-ES.

Dessa forma, considerando a data de realização do concurso e o prazo para publicação dos locais de aplicação das provas, previstos no Edital, e não havendo possibilidade fática e jurídica do Crea-ES adotar o regime estatutário para seus funcionários até definição da matéria pelo judiciário e sua regulamentação por parte do Governo Federal, sob pena de causar prejuízos irremediáveis aos aprovados no Concurso Público, este Conselho não teve outra alternativa senão suspender a aplicação das provas até que a questão seja definida, evitando maiores transtornos e agindo com a cautela necessária que a discussão requer.

2 - O Crea-ES instituiu o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA que tem como finalidade avaliar os riscos ambientais bem como as condições do ambiente de trabalho.

A fundamentação legal do programa atende as exigências previstas na Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214 de 8 de junho de 1978, Norma Regulamentadora nº 09 e demais NRs, Decreto nº 3.048 de 06 de maio de 1999, Decreto nº 4.882 de 18 de novembro de 2003, Instrução Normativa INSS/PRES nº 20 de 10 de outubro de 2007 e suas respectivas alterações.

O PPRA é parte integrante de um conjunto mais amplo de iniciativas no sentido de preservar a saúde e a integridade física dos trabalhadores através da antecipação, reconhecimento, avaliação, controle e monitoramento dos riscos.

A elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais inclui as seguintes etapas:

- a) antecipação e reconhecimentos dos riscos;
- b) estabelecimento de prioridades e metas de avaliação e controle;
- c) avaliação dos riscos e da exposição dos trabalhadores;
- d) implantação de medidas de controle e avaliação de sua eficácia;
- e) monitoramento da exposição aos riscos;

O levantamento dos riscos do meio ambiente de trabalho foi realizado através de inspeção no local de trabalho, onde foram analisadas as ocupações e suas respectivas funções, local de trabalho dos funcionários e reconhecimento de agentes de risco (químicos, físicos e/ou biológicos) e a identificação de não conformidades (agentes ergonômicos e riscos de acidentes). O procedimento adotado no reconhecimento dos riscos contempla os seguintes itens:

- a) identificação do fator de risco;
- b) determinação e localização das possíveis fontes geradoras;
- c) identificação das possíveis trajetórias e dos meios de propagação dos agentes no ambiente de trabalho;
- d) identificação das funções e determinação do número de trabalhadores expostos;
- e) caracterização das atividades e do tipo da exposição;
- f) obtenção de dados existentes na empresa, indicativos de possível comprometimento da saúde decorrente do trabalho;
- g) possíveis danos à saúde, relacionados aos riscos identificados, disponíveis na literatura técnica;
- h) descrição das medidas de controle já existentes.

A verificação da existência, ou não, de agentes potencialmente nocivos, faz-se mediante avaliação qualitativa e quantitativa dos agentes identificados, com base nos critérios estabelecidos na legislação.

A avaliação qualitativa compreendeu a análise das atividades detalhadas, conhecimento das etapas do processo operacional, verificação da existência de riscos ocupacionais e tempo de exposição.

Na avaliação quantitativa foram realizadas as medições dos riscos que possuem limites de tolerância dispostos na NR 15.

6.5. Gestão da tecnologia da informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

O último PDTI produzido foi na gestão anterior, referente ao período de 2007-2011. Porém, as ações estabelecidas que não foram cumpridas, ainda estão sendo executadas na gestão atual.

Todas as inovações tecnológicas realizadas na área de TI, estão totalmente alinhadas ao Planejamento Estratégico atual, nos eixos: “Valorizar os profissionais da Engenharia, da

Agronomia e áreas afins.” e “Promover a integração institucional e a inserção social do Crea-ES na comunidade capixaba.”

A gestão do Crea-ES vem investindo pesado em tecnologia para modernizar e oferecer mais serviços de qualidade aos profissionais e empresas registrados, além de melhorar os processos internos de trabalho. A lista dos projetos desenvolvidos alinhados ao PDTI, está relacionada no item “g”.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Crea-ES não possui em sua estrutura um Comitê Gestor de TI.

c) Descrição dos principais sistemas de Informação, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

1. Sistema Corporativo (desenvolvimento próprio)

Objetivo

Armazenar e Controlar informações do Crea-ES

Funcionalidades

- Cadastro de Profissionais. Cadastro de Empresas
- Cadastro de ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica)
- Cadastro de Leigos
- Cadastro de Instituição de Ensino
- Cadastro de NAIs (Notificação e
- Auto de Infração)
- Protocolos

Acervo Técnico Profissional

Responsável Técnico

Analista de Sistemas Jeferson de Carvalho

Responsável da Área de Negócio

Wallace Ferregueti - Gerente Unidade Administrativa

Criticidade para a Unidades/ Avaliação de Riscos

Altamente necessário para o funcionamento do Conselho.

Como todo o funcionamento do Crea-ES depende desse sistema, foi investido pesado na parte de infra-estrutura, para que o CPD seja seguro e confiável, e não ocorram paradas não previstas.

2. Sistema de Contabilidade (terceirizado)

Objetivo

Armazenar e Controlar informações do Crea-ES

Funcionalidades

Receitas – Despesas - Emissão de Cheques - Livros contábeis

Responsável Técnico

Implanta Conselhos

Responsável da Área de Negócio

Elisangela Portes

Gerente da Unidade Financeira

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos

Importante.

O sistema é todo via Web para isso, contratou-se um bom link de internet.

3. Sistema de Folha de Pagamento/ RH (terceirizado)

Objetivo

Realizar a folha de pagamento e gerenciamento de RH

Funcionalidades

Cadastro de Funcionários - Controle do Ponto Eletrônico - Emissão de Contracheques

Responsável Técnico

Totvs

Responsável da Área de Negócio

Marta Pasolini

Supervisora de RH

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos

Importante.

Foi investido pesado na parte de infra-estrutura, para que o CPD seja seguro e confiável, e não ocorram paradas não previstas.

4. Site do Crea-ES / Serviços online(terceirizado)

Objetivo

Servir como portal de informações aos profissionais, empresas e sociedade em geral.

Funcionalidades

Página Principal – Notícias - Sistema Emissão de Anuidades - Sistema Cadastro de ART - Atualização Cadastral - Emissão de Certidões - Consultas públicas - Acesso público e restrito

Responsável Técnico

Analista de Sistemas Jeferson de Carvalho e Analista de Sistemas Thais Marinho. Desenvolvido pela Polaris

Responsável da Área de Negócio

Walace Ferregueti

Gerente da Unidade Administrativa

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos

Altamente necessária, sendo o sistema responsável pela arrecadação do Crea-ES.

Foi investido pesado na parte de infra-estrutura, para que o CPD seja seguro e confiável, e não ocorram paradas não previstas.

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

No exercício de 2015 o único treinamento realizado para a Equipe de TI do Crea-ES, foi Seminário de Redes e Computadores - Funcionário Manfredo dos Santos Gomes - 16 horas.

e) Descrição do quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados

efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Situação em 31/12/2015

QUADRO 28- FORÇA DE TRABALHO DA EQUIPE DE TI			
Colaborador	Função	Situação Atual	Origem
Jeferson de Carvalho	Analista de Sistemas	Efetivo	Crea-ES
Thais Marinho Lucena	Analista de Sistemas	Efetivo	Crea-ES
Rafael Pedrini	Desenvolvedor	Comissionado	Crea-ES
Rafael Damasceno	Desenvolvedor	Terceirizado	Polaris
Digran Salibian	Desenvolvedor	Terceirizado	ACF
Arildo Toneti	Apoio Desenvolvimento	Estagiário	Crea-ES
Manfredo Santos Gomes	Administrador de Redes	Efetivo	Crea-ES
Flavio Telles	Analista de Suporte – Nível III	Terceirizado	ACF
Marcel Borges	Analista de Suporte – Nível II	Terceirizado	ACF
Cleiton	Suporte	Estagiário	Crea-ES
Luis Roberto	Analista de Suporte – Nível II	Terceirizado	ACF
Amauri Ferri	Suporte	Estagiário	Crea-ES
Jeanny Lima	Analista de Sistemas	Terceirizado	ACF

Fonte: Unidade Administrativa – Equipe de TI

f) **Descrição dos processos de gerenciamento de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.**

QUADRO 29 - DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE TI		
Processo	Descrição	Responsável(is)
Segurança de dados - Controle de Vírus	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de licença de software Solicitando anualmente compra à Unidade Administrativa. - Instalar software de antivírus na estação de trabalho Analisando instruções de instalação do software. - Utilizar o software de antivírus Executando o software de antivírus na máquina ou através do servidor. - Obter atualizações do software de antivírus Via internet, sempre que houver atualizações disponíveis. - Atualizar o software de antivírus Via rede lógica, para manter o software do usuário atualizado. - Avaliar eficácia do software de antivírus Analisando o relatório de Log do Software, com informações sobre infecções, remoções e atualizações ocorrida 	Administrador de Redes Manfredo dos Santos Gomes

Segurança de dados - Backup	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer abrangência e frequência da rotina de Backup Definindo os servidores, máquinas e pastas que serão copiados, agendando a frequência dessa atividade. - Verificar unidade de armazenamento Na frequência definida. - Verificar se o backup foi satisfatório Analisando o conteúdo das unidades de armazenamento (servidores) e sua integridade. ▶ se backup satisfatório – realizar leitura dos logs de execução dos backups. ▶ se backup não satisfatório: <ul style="list-style-type: none"> § verificar as causas da falha – identificar e corrigir a(s) falha(s). § verificar a necessidade de backup emergencial e executá-lo novamente. 	Administrador de Redes Manfredo dos Santos Gomes
Solicitação de Serviço HelpDesk	<ul style="list-style-type: none"> - Colaborador solicita atendimento via HelpDesk Escolhendo a opção referente ao serviço desejado. - Realizar diagnóstico Analisando solicitação para verificar os requisitos do atendimento. - Definir ações para prestação do serviço Analisando a solicitação e, caso necessário, tirar dúvidas com o requerente, por telefone ou pessoalmente. - Informar o tempo necessário para atendimento da solicitação Após realizar o diagnóstico, atuar na correção do problema ou encaminhar para terceirizado, solicitando o prazo para execução do serviço e, caso necessário, informar ao requerente. - Executar o serviço Atuando na correção do problema ou encaminhar para terceirizado. - Finalizar o chamado Rejeitar a solicitação ou fechar o chamado no HelpDesk, após a conclusão do serviço. - Arquivar no Sistema Corporativo, em banco de dados. 	Equipe de TI

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

O Quadro 30 – constante no Anexo XII, do Capítulo 07 deste Relatório de Gestão – Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Sim, algumas ações foram tomadas no sentido de se evitar a dependência tecnológica das empresas terceirizadas, tais como, realizar transferência de conhecimento dos projetos para a Equipe de TI do Crea-ES e a contratação de um desenvolvedor especializado na plataforma que foi desenvolvido o site do Crea-ES e os serviços online, garantindo assim, a continuidade dos projetos em caso de rescisão dos contratos.

6.6. Principais Sistemas de Informações

1. Este item deve compor o arquivo que tratará da seção “ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO” e tem por finalidade informar sobre os principais sistemas da UPC.
2. A abordagem deste item deve contemplar os sistemas que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais. Não precisa ser relação exaustiva dos sistemas, podendo tratar apenas dos principais utilizados pela unidade, especialmente aqueles que contribuem de forma relevante com a missão, negócio e objetivos da UPC.
Sistema Corporativo: Armazena e controla as informações operacionais do Crea-ES.
Sistema de Contabilidade: Armazena e controla as informações contábeis do Crea-ES.
Sistema de Patrimônio: Armazena e controla as informações de patrimônio do Crea-ES.
Sistema de Folha de Pagamento: Armazena e controla a folha de pagamento de funcionários e estagiários do Crea-ES.
Site do Crea-Es: Disponibiliza informações do Crea-ES à sociedade e serviços importantes para arrecadação de receita, tais como o Cadastro de ART (Anotação e Responsabilidade Técnica) e Emissão de Anuidades.
3. No caso de UPC em que a lista de sistemas seja grande, podem-se eleger os 5 a 10 principais para informar sobre eles.
4. Algumas informações sobre os sistemas são importantes, tais como, entre outras: a) Descrição dos objetivos do sistema; b) Informações sobre a manutenção, tais como se é própria ou terceirizada, despesas anuais com manutenção; c) Se se tratarem de sistema em desenvolvimento, informar sobre prazo para conclusão, orçamento de desenvolvimento, riscos associados; d) Avaliação de riscos relacionados à continuidade e disponibilidade dos sistemas e medidas para mitigar eventuais riscos existentes.
5. Não há padrão sugerido para elaboração das informações, sendo que a UPC pode adotar o formato que entender melhor para expressar o conteúdo do item.

Sistema Corporativo

Armazena e controla as informações operacionais do Crea-ES.

Funcionalidades: Cadastro de Profissionais, Cadastro de Empresas, Cadastro de ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica), Cadastro de Leigos, Cadastro de Instituição de Ensino, Cadastro de NAIs (Notificação e Auto de Infração), Protocolos, Acervo Técnico Profissional;

Responsável Técnico: Analista de Sistemas Jeferson de Carvalho;

Local de desenvolvimento/Responsável pelo desenvolvimento: próprio;

Responsável Área de Negócio: Wallace Ferregueti Gerente Unidade Administrativa;

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos: Altamente necessário para o funcionamento do Conselho.

Como todo o funcionamento do Crea-ES depende desse sistema, foi investido pesado na parte de infra-estrutura, para que o CPD seja seguro e confiável, e não ocorram paradas não previstas;

Prazo: Concluído, implementado.

Sistema de Contabilidade

Armazena e controla as informações contábeis do Crea-ES.

Funcionalidades: Receitas, Despesas, Emissão de Cheques, Livros contábeis;

Responsável Técnico: Implanta Conselhos;

Responsável Área de Negócio: Elisangela Portes Gerente da Unidade Financeira;

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos: Importante. O sistema é todo via Web para isso, contratou-se um bom link de internet;

Prazo: Em funcionamento.

Sistema de Patrimônio: Armazena e controla as informações de patrimônio do Crea-ES.

Funcionalidades: Cadastro de Patrimônio;

Responsável Técnico: Implanta Conselhos;

Responsável Área de Negócio: Bernadete Maria Mill Técnico de Serviços Operacionais;

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos: Importante. O sistema é todo via Web para isso, contratou-se um bom link de internet.

Prazo: Em funcionamento.

Sistema de Folha de Pagamento: Armazena e controla a folha de pagamento de funcionários e estagiários do Crea-ES.

Funcionalidades: Cadastro de Funcionários, Controle do Ponto Eletrônico, Emissão de Contracheques;

Responsável Técnico: Totvs

Responsável Área de Negócio: Marta Pasolini Supervisora de RH

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos: Importante. Foi investido pesado na parte de infra- estrutura, para que o CPD seja seguro e confiável, e não ocorram paradas não previstas.

Prazo: Em funcionamento.

Site do Crea-Es: Disponibiliza informações do Crea-ES à sociedade e serviços importantes para arrecadação de receita, tais como o Cadastro de ART (Anotação e Responsabilidade Técnica) e Emissão de Anuidades.

Funcionalidades: Página Principal, Notícias, Sistema Emissão de Anuidades, Sistema Cadastro de ART, Atualização Cadastral, Emissão de Certidões, Consultas públicas, Acesso público e restrito;

Responsável Técnico: Analista de Sistemas Jeferson de Carvalho e Analista de Sistemas Thais Marinho;

Local de desenvolvimento/Responsável pelo desenvolvimento: Poláris Informática;

Responsável Área de Negócio: Wallace Ferregueti Gerente da Unidade Administrativa;

Criticidade para a unidade/Avaliação de Riscos: Altamente necessária, sendo o sistema responsável pela arrecadação do Crea-ES.

Prazo: Concluído, implementado.

7. ANEXOS

ANEXO I

ORGANOGRAMA FUNCIONAL CREA-ES 2015/2017

ESTRUTURA BÁSICA



ESTRUTURA AUXILIAR

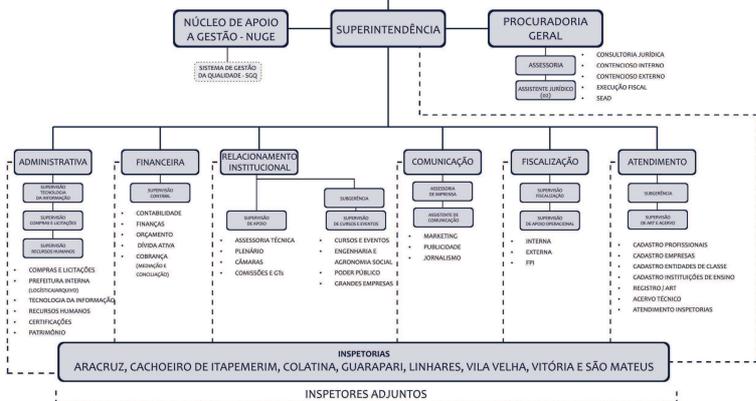


Figura 1 - Organograma do Crea-ES.
 Fonte: Sessão Plenária 953ª de 10 de janeiro de 2012
 RD 001/2015 de 20/01/2015

ANEXO II

QUADRO 07 - ORIGEM DAS RECEITAS					
Código	Nomenclatura	Valor Bruto	Cota Parte Confea	Cota Parte Mútua	Valor Arrecadado
6.2.1.1.1	RECEITA CORRENTE	26.742.808,67	3.447.965,82	2.209.531,10	21.085.311,95
6.2.1.1.1.01	RECEITA TRIBUTÁRIA	11.047.655,49	1.325.718,66	2.209.531,10	7.512.405,73
6.2.1.1.1.01.01	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	11.047.655,49	1.325.718,66	2.209.531,10	7.512.405,73
6.2.1.1.1.01.01.01.001	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	11.047.655,49	1.325.718,66	2.209.531,10	7.512.405,73
6.2.1.1.1.02	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.217.952,69	1.682.692,90	0,00	9.535.259,79
6.2.1.1.1.02.01	ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	7.039.621,00	1.055.943,15	0,00	5.983.677,85
6.2.1.1.1.02.01.01	PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	6.913.917,39	1.037.087,61	0,00	5.876.829,78
6.2.1.1.1.02.01.02	PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	125.703,61	18.855,54	0,00	106.848,07
6.2.1.1.1.02.02	ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	4.178.331,69	626.749,75	0,00	3.551.581,94
6.2.1.1.1.02.02.01	PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	4.135.715,16	620.357,27	0,00	3.515.357,89
6.2.1.1.1.02.02.02	PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	42.616,53	6.392,48	0,00	36.224,05
6.2.1.1.1.04	RECEITA PATRIMONIAL	133.481,95	0,00	0,00	133.481,95
6.2.1.1.1.04.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	133.481,95	0,00	0,00	133.481,95
6.2.1.1.1.05	RECEITA DE SERVIÇOS	929.634,12	139.445,12	0,00	790.189,00
6.2.1.1.1.05.01	EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	490.058,66	73.508,80	0,00	416.549,86
6.2.1.1.1.05.02	EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	104.428,69	15.664,30	0,00	88.764,39
6.2.1.1.1.05.03	EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	195.790,25	29.368,54	0,00	166.421,71
6.2.1.1.1.05.04	EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	128.768,28	19.315,24	0,00	109.453,04
6.2.1.1.1.05.07	RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	10.588,24	1.588,24	0,00	9.000,00
6.2.1.1.1.06	FINANCEIRAS	925.911,00	0,00	0,00	925.911,00
6.2.1.1.1.06.01	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.06.02	JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.06.04	JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.06.05	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	925.911,00	0,00	0,00	925.911,00
6.2.1.1.1.06.05.01	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE	0,00	0,00	0,00	0,00

	ANUIDADES				
6.2.1.1.1.06.05.03	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.06.05.04	MULTAS SOBRE ANUIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.06.05.07	REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	925.911,00	0,00	0,00	925.911,00
6.2.1.1.1.07	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	192.400,00	0,00	0,00	192.400,00
6.2.1.1.1.07.01	Transferências Intragovernamentais	149.400,00	0,00	0,00	149.400,00
6.2.1.1.1.07.02	Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.07.03	Transferências de Inst. Privadas	43.000,00	0,00	0,00	43.000,00
6.2.1.1.1.07.04	Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.295.773,62	300.109,14	0,00	1.995.664,48
6.2.1.1.1.08.01	DÍVIDA ATIVA	882.266,22	132.339,93	0,00	749.926,29
6.2.1.1.1.08.02	MULTAS DE INFRAÇÕES	819.274,12	122.891,12	0,00	696.383,00
6.2.1.1.1.08.03	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	295.046,03	0,00	0,00	295.046,03
6.2.1.1.1.08.04	RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	299.187,25	44.878,09	0,00	254.309,16
6.2.1.1.1.08.05	PARTICIPAÇÕES E DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.1.09	RECEITA DE DEVOLUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2	RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.01	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.01.01	EMPRÉSTIMOS TOMADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.02	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.02.01	ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.02.02	ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.02.03	ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.03	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.03.01	Amortização de Empréstimo a Órgãos de Fisc. de exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.03.02	OUTRAS AMORTIZAÇÕES EMPREST. A ENTIDADES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.04	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.04.01	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.05	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.1.1.2.06	SALDO DE EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	26.742.808,87	3.447.965,82	2.209.531,10	21.085.311,95

Fonte: Unidade Financeira – Relatórios Contábeis

As receitas são orçadas a arrecadas pelo valor líquido sendo particionados na origem para a Mútua Caixa de Assistência do Profissionais e Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, atendendo a Legislação Resoluções pertinentes. O quadro acima representa a origem das receitas provisionadas de acordo com a lei de Diretrizes Orçamentárias.

ANEXO III

Situação em 31/12/2015

QUADRO 11 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA E ELEMENTO DE DESPESA				
Código	Nomenclatura	Fixada	Executada	%
6.2.2.1.1.01	DESPESA CORRENTE	23.294.099,53	21.753.715,04	62,79%
6.2.2.1.1.01.01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.741.787,90	8.505.466,91	97,30%
6.2.2.1.1.01.01.01	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	6.742.044,17	6.516.868,72	96,66%
6.2.2.1.1.01.01.02	ENCARGOS PATRONAIS	1.999.743,73	1.988.598,19	99,44%
6.2.2.1.1.01.03	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.01	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.02	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA MOBILIARIA	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.03	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS POR ANTECIPACAO DE RECEITA ORCAMENTARIA	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.05	FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.07	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISICAO DE BENS E SERVICOS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.08	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGACOES TRIBUTARIAS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.09	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.10	VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS DE DIVIDA CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.11	VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS DE DIVIDA MOBILIARIA	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.12	OUTRAS VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.13	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.14	JUROS E ENCARGOS EM SENTENCAS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.15	JUROS E ENCARGOS EM INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.03.16	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.01.04	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.448.311,63	9.545.277,19	76,68%
6.2.2.1.1.01.04.01	BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.390.269,15	2.219.886,73	92,87%
6.2.2.1.1.01.04.02	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	30.000,00	13.282,12	44,27%
6.2.2.1.1.01.04.03	USO DE BENS E SERVIÇOS	1.123.245,88	643.311,77	57,27%
6.2.2.1.1.01.04.03.001	MATERIAL DE CONSUMO	548.045,20	154.662,04	28,22%
6.2.2.1.1.01.04.03.002	DESPESAS COM VEÍCULOS	120.000,00	82.837,69	69,03%
6.2.2.1.1.01.04.03.003	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	10.000,00	0,00	0,00%

6.2.2.1.1.01.04.03.004	SERVICOS TERCEIROS – PESSOAS FÍSICAS	445.200,68	405.812,04	91,15%
6.2.2.1.1.01.04.05	DIÁRIAS	813.400,51	686.042,00	84,34%
6.2.2.1.1.01.04.06	PASSAGENS	371.765,53	246.457,23	125,30%
6.2.2.1.1.01.04.07	HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	6.300,00	270,00	4,29%
6.2.2.1.1.01.04.08	DESPESA COM LOCOMOÇÃO	122.983,96	83.487,92	67,89%
6.2.2.1.1.01.04.09	SERVICOS TERCEIROS – PESSOAS JURÍDICAS	7.590.346,60	5.652.539,42	74,47%
6.2.2.1.1.01.05	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	510.450,35	491.925,83	3,63%
6.2.2.1.1.01.05.01	TRIBUTOS	81.207,25	69.778,17	85,93%
6.2.2.1.1.01.05.02	CONTRIBUIÇÕES	429.243,10	553.309,08	98,35%
6.2.2.1.1.01.06	DEMAIS DESPESAS CORRENTES	170.549,65	85.764,93	50,29%
6.2.2.1.1.01.07	SERVIÇOS BANCÁRIOS	290.000,00	242.034,67	83,46%
6.2.2.1.1.01.08	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.133.000,00	556.665,52	49,13%
6.2.2.1.1.01.08.01	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.133.000,00	556.665,52	49,13%
6.2.2.1.1.01.09	RESERVAS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02	DESPESA DE CAPITAL	11.353.011,50	2.326.579,99	20,49%
6.2.2.1.1.02.01	INVESTIMENTOS	11.353.011,50	2.326.579,99	20,49%
6.2.2.1.1.02.01.01	OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01.02	TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.01.03	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	593.321,20	81.580,00	13,75%
6.2.2.1.1.02.01.04	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.759.690,30	2.244.999,99	20,86
6.2.2.1.1.02.01.05	INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.02	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.02.01	TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.02.02	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.02.03	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.02.04	INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.03	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.03.01	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.03.02	OUTRAS AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.04	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
6.2.2.1.1.02.04.01	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
	Total	34.647.111,03	21.753.715,04	62,79

Fonte: Unidade Financeira – Relatórios Contábeis

O quadro acima representa as despesas fixadas e executadas para o exercício de 2015, de acordo com a lei de Diretrizes Orçamentárias.

ANEXO IV

QUADRO 13 - ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Quantidade													
Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação	
						Outras		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período Competência	
Período de Competência	Quantidade	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		2015	2014
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
2015	2.309	263	-	367	-		-	0	-	1.679	-	2.309	-
2014	2.363	148	250	268	503			0	0	1.194	1.610	2.363	2.363
Total	4.672	411	250	635	503	0	0	0	0	2.873	1.610	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		4.672	2.363										

Fonte: Unidade Financeira – Dívida Ativa – Relatórios do Sistema Cooperativo

ANEXO V

QUADRO 14 - ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Valores (R\$ 1,00)											
Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Adm (Não Arrecadadas)		Validação	
								Demais Situações			
Período de Competência	Valores	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Multas Aplicadas por Período de Competência	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
2015	5.223.018	132.173	-	323.013	-	672.712	-	4.095.119	-	5.223.018	-
2014	4.754.794	69.608	157.829	144.032	388.175	514.715	911.138	2.569.294	3.297.650	4.754.794	4.754.794
Total	9.977.812	201.781	157.829	467.045	388.175	1.187.427	911.138	6.664.414	3.297.650	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				9.977.812	4.754.794						

Fonte: Unidade Financeira – Dívida Ativa – Relatórios do Sistema Cooperativo

ANEXO VI

QUADRO 17 – QUADRO DE METAS			
OBJETIVOS	DIRETRIZES/PROJETOS (DESDOBRAMENTO)	METAS	SITUAÇÃO
- Manter e implementar ações do SGQ.	- Cumprir o que é estabelecido na Política da Qualidade.	- 80% de atendimento às necessidades do usuário.	- A pesquisa de satisfação foi realizada fevereiro de 2015 e, estabelecida uma meta de 80% que foi alcançada com sucesso, alcançando um percentual do indicador de satisfação de 89,99%.
		- 195 Atos Fiscalizatórios por Fiscal.	- Percentual foi alcançado satisfatoriamente, obtendo média de 227,03 de atos Fiscalizatórios por fiscal para o exercício de 2015.
- Fortalecer Canal Aberto para a Sociedade: Ouvidoria e Fale Conosco.	- Gerenciar as ações da Ouvidoria e Fale Conosco.	- 90% de encaminhamento dentro dos prazos estabelecidos.	- Percentual foi alcançado satisfatoriamente, obtendo 90,07% de encaminhamento no exercício de 2015.
- Estruturar o Crea-ES e valorização do corpo funcional.	- Viabilizar a construção da nova sede.	- Concluir o Termo de Referência (projetos básico e executivo) para a contratação do projeto arquitetônico e complementares da nova sede.	- Após a conclusão do projeto preliminar e vistas em 3D, apurou-se o custo estimado da obra, e optou-se pela realização de chamada pública para prospecção de imóveis no mercado que atendessem ao programa de necessidade do Crea-ES, para comparação dos custos de construção X aquisição de imóvel.
	- Eficiência na recuperação de débitos inscritos em Dívida Ativa.	- Dar encaminhamento a 60% dos processos inscritos em Dívida Ativa até o exercício de 2014.	Foi dado encaminhamento em todos os processos dos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 que corresponde a 2338 processos com tratativa de 2.964 em retenção, obtendo o percentual de 78,88%. Processos Inscritos em Dívida Ativa, por ano de NAI que não possui advogado definido em tramitação que está em débito ou regularizado: 2010-> 66 ; 2011-> 126 ; 2012-> 606 ; 2013-> 1.035 ; 2014-> 1.131. Total: 2.964
	- Capacitação de funcionário	- Destinar 1% da dotação orçamentária de 2015.	- A meta foi cumprida satisfatoriamente, obtendo praticamente o valor orçado para o exercício.

	- Implantar processo de Gestão Eletrônica de Documentos - GED	- Implantar Sistema de Gestão. - Digitalizar processos de Instituição de Ensino, Fiscalização, Dívida Ativa.	- O sistema foi implantado e as consultas estão disponíveis. As atividades estão sendo executadas como proposto. - Os processos de instituição de ensino estão digitalizados, os novos têm sido digitalizados no momento de seu deferimento. Os processos de fiscalização foram digitalizados de acordo com solicitação do Gerente. E os processos da dívida ativa está sendo digitalizados. O Crea-ES está em processo de aquisição de scanners para agilizar os processos de digitalização nas equipes.
- Fortalecer o relacionamento institucional com as Instituições de Ensino.	- Aperfeiçoar a atuação da equipe da CEAP.	- Reduzir em 60% o número de processos na CEAP.	- No final de 2014, tínhamos pendentes 44 processos de registro Profissional e revisão de atribuições profissionais e 86 processos de registro de cursos e Instituições de Ensino. Em 2015 foram analisados pela CEAP 80 processos de Cursos e Instituições de Ensino e 27 processos de registro Profissional. Em 2015, foram tramitados para a CEAP: 144 processos de Instituições de Ensino e registro de Cursos; 16 processos de registro Profissional. Processos atualmente pendentes na CEAP: Pessoa física: 22 Instituições de Ensino: 122, sendo: 90 de 2015; 15 de 2014; 9 de 2013; 6 de 2012; 1 de 2011; e 1 de 2010. Foi reduzido 50,3% das pendências de processo no exercício de 2015.
	1) Reforçar a conscientização e fiscalização do setor público/privado quanto à questão da remuneração do piso salarial profissional.	- Realizar em conjunto com ações do Crea Itinerante 10 (dez) reuniões com os órgãos públicos (prefeituras, entidades, autarquias, etc...)	Foram realizadas visitas institucionais nos municípios de Santa Maria de Jetibá, Nova Venécia, Linhares, São Mateus, Itarana, Afonso Cláudio, Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Itapemirim, Marataízes, São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco e Ibatiba. Totalizando 13 visitas para o exercício.

- Valorizar o Profissional Registrado.	2) Treinamento gratuito sobre a estrutura e serviços prestados pelo Crea-ES (apresentação em workshops, in company e sede).	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar 04 (quatro) treinamentos presenciais. - Criar vídeo orientativo sobre Cadastramento de ART; - Criar espaço "Crea Orienta" na revista Tópicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Foram realizados 37 treinamentos no estado, entre cursos, workshop, seminários e congressos. Com apresentação sobre os serviços e atividades do realizadas pelo Crea-ES. - Foram disponibilizados vídeos orientativo no site e nas redes sociais do Crea-ES. - A coluna Crea Orienta, criada em dezembro de 2014, é publicada trimestralmente na revista Tópicos com o objetivo de esclarecer aos profissionais, empresas registradas e sociedade as principais dúvidas e demandas que chegam ao Conselho profissional, referentes ao seu papel institucional e serviços oferecidos. A intenção é estar mais próximo dos profissionais da área tecnológica e, desta forma, colaborar diretamente com a valorização do profissional registrado, conforme estabelecido no Quadro de Metas de 2015.
	3) Realizar Fóruns de Desenvolvimento Regional.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar 02 (dois) Fóruns de Desenvolvimento Regional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Foram realizados 2 Fóruns com apoio do Crea-ES. Foi realizado no mês de maio "Fórum Recursos Hídricos e Adversidades Climáticas" com o objetivo de conhecer os avanços tecnológicos na previsão climática e nos setores de uso e reuso dos recursos hídricos e discutir o que pode ser feito pelo poder público e privado na gestão hídrica e capacitar profissionais para apresentarem soluções de eficiência comprovada junto à população. e foi realizado no mês de outubro o 1º Fórum de desenvolvimento e Tecnologia com as Instituições de Ensino do estado, com o objetivo de levantar questões relevantes à educação.
	4) Disponibilizar mais Serviços Online.	<ul style="list-style-type: none"> - Nova ART; - Protocolo Online (Pessoa Física, Jurídica e Instituição de Ensino) 	<ul style="list-style-type: none"> - O novo sistema foi implantado e está operando com total aprovação dos profissionais e empresas. - O sistema foi concluído e implementado. Até 31/12/2015, foram solicitados 11 registros e 5 vistos através do Protocolo online.

Fonte: Unidade Administrativa – Escritório da Qualidade

ANEXO VII

QUADRO 18 - ITENS DE CONTROLE DOS PRINCIPAIS PROCESSOS DO CREA-ES - 2015						
Processo	Res	Produto	Indicador (IC)	Cálculo *	Metas	
Contencioso Jurídico	Procuradoria Geral	Execução Fiscal	Prazo para Propositura da Execução Fiscal (15 dias corridos)	IC = (Nº de Execução Fiscal ajuizada no prazo / Nº de processos encaminhados à Procuradoria Jurídica aptos à Execução Fiscal)*100	≥ 90%	
Serviço de Apoio aos Direitos do Consumidor - SEAD		Atendimento ao Cliente Externo	Etapas no Prazo (5 dias úteis p/ cada etapa)	IC = (Nº processos com etapas no prazo / Nº total de processos finalizados no ano) *100	≥ 90%	
Análise Jurídica		Parecer Jurídico	Parecer Jurídico no Prazo (15 dias corridos)	IC = (Quantidade de pareceres no prazo / Quantidade de pareceres exarados)*100	≥ 90%	
Compras	Unidade Administrativa a Compras e Licitações	Orçamento para Compra	Orçamento para Compra Direta Prazo (10 dias corridos)	IC = (Quantidade de orçamento no prazo / quantidade total de orçamento) * 100	≥ 90%	
		Edital de Licitação	Elaboração do Edital e entrega para Parecer Jurídico (30 dias corridos)	IC = (Quantidade total de editais formatados / Quantidade de editais formatados no prazo)* 100	≥ 90%	
		Editais Impugnados	Efetividade na elaboração do Edital de Licitação	IC =(Quantidade de impugnações / Quantidade de editais publicados) * 100	≤ 10%	
Capacitação de Pessoal	Unidade Administrativa a Recursos Humanos	Capacitação de Pessoal	Quantidade de Treinamentos Realizados	IC =(Quantidade treinamentos previstos / Quantidade de treinamentos realizados) * 100	≥ 90%	
			Valor Investido em Treinamento por Funcionário	IC =(Total investimento realizado com treinamento / total funcionário treinados)	≤ R\$2.400	
			Capacitação de Colaboradores	IC = (Nº real de funcionários treinados / Nº estimado de funcionários a serem treinados) * 100	≥ 75%	
Infra-Estrutura	Unidade Administrativa	Disponibilidade dos Servidores	Tempo de Disponibilidade do Servidor	IC = (Quantidade de minutos disponível / quantidade de minutos úteis de funcionamento do sistema) * 100	≥ 98%	

de TI	a Tecnologia da Informação	Atendimento às solicitações ao Help Desk	Atendimento aos Chamados dentro do prazo	$IC = (\text{Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo} / \text{quantidade de chamados}) * 100$	$\geq 80\%$
		Atendimento das Solicitações às Empresas Prestadoras de Serviços (permanece)	Atendimento aos Chamados dentro do prazo (melhorar)	$IC = (\text{Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo} / \text{quantidade de chamados}) * 100$	$\geq 80\%$
Cobrança de Anuidade	Unidade Financeira	Arrecadação de Anuidade de profissionais	Incremento de Receita com anuidade de profissionais	$IC = ((\text{Receita do mês do exercício atual} - \text{Receita do mês do exercício anterior}) / \text{Receita do mês do exercício anterior}) * 100$	$> 1\%$
		Arrecadação de Anuidade de empresas	Incremento de Receita com anuidade de empresas	$IC = ((\text{Receita do mês do exercício atual} - \text{Receita do mês do exercício anterior}) / \text{Receita do mês do exercício anterior}) * 100$	$> 1\%$
Dívida Ativa		Cobrança DA	Efetividade de Cobrança da Dívida Ativa	$IC = (\text{Valor da Dívida Ativa Efetivado} / \text{Valor da Dívida Ativa Cobrado}) * 100$	$\geq 25\%$
Almoxarifado	Unidade Administrativa Prefeitura	Atendimento às solicitações ao Help Desk	Atendimento aos Chamados dentro do prazo	$IC = (\text{Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo} / \text{quantidade de chamados}) * 100$	$\geq 80\%$
Análise Técnica de Processos	Relacionamento Institucional	Registros de PF/PJ	Parecer Técnico PF/J no Prazo (até 10 dias corridos)	$IC = (\text{Quantidade Parecer Técnico no prazo} / \text{Quantidade Total de processos recebidos no mês}) * 100$	$\geq 85\%$
		NAIs	Parecer Técnico NAI no prazo (90 dias corridos)	$IC = (\text{Quantidade Parecer Técnico no prazo} / \text{Quantidade total de processos recebidos no mês}) * 100$	$\geq 85\%$
Satisfação de Cliente	Comunicação	Pesquisa de Satisfação	Imagem Perante os Profissionais	$IC = (\text{N}^\circ \text{ de profissionais satisfeitos} / \text{N}^\circ \text{ profissionais pesquisados}) * 100$	$\geq 80\%$
Crea-ES na mídia externa	Comunicação	Crea-ES na mídia externa	Releases Divulgados na Imprensa	$IC = (\text{N}^\circ \text{ releases aproveitados} / \text{N}^\circ \text{ releases enviados}) * 100$	$\geq 65\%$

Ouvidoria	Ouvidoria	Atendimento ao Cliente Externo	Demandas de reclamações, sugestões, denúncias e de elogios tratadas nos respectivo prazo de até 30 dias	$IC = (N^{\circ} \text{ demandas tratadas no prazo} / N^{\circ} \text{ de demandas}) * 100$	> 90%
Fiscalização	Fiscalização	Relatório diário de Fiscalização	Total de Atos Fiscalizatórios	$IC = (\text{Quantidade de Atos Fiscalizatórios mês (Visitas + Notificações+Protocolos+Diligências)} / \text{Qdade de Fiscais em atividade})$	≥ 195
			Atos Fiscalizatórios por Fiscal (Visitas + Notificações + Protocolos + Diligências)	$IC = (\text{Quantidade de Fiscais que cumpriram Meta (Visitas + Notificações + Protocolos + Diligências)} / \text{Qdade de Fiscais em atividade}) * 100$	$\geq 80\%$
			Obras / serviços irregulares no Estado	$IC = (\text{Quantidade de Notificações lavradas} / \text{Quantidade de Ações Fiscais (Visitas + Notificações) realizadas}) * 100$	$\leq 25\%$
			Notificações Arquivadas por Vício	$IC = (\text{Quantidade de Notificações lavradas com falhas} / \text{Qdade de Notificações lavradas}) * 100$	$\leq 5\%$
Atendimento	Atendimento	Atendimento	Atendimento no prazo (20 minutos)	$IC = (\text{Quantidade de pessoas atendidas no prazo} / \text{Quantidade de pessoas atendidas}) * 100$	$\geq 70\%$
		Registro / Alterações Cadastrais / Interrupção de Registros	Registro de PJ no Prazo (10 dias corridos)	$IC = (\text{Quantidade de Registros Efetivados no Prazo} / \text{Quantidade de Registros Solicitados}) * 100$	$\geq 55\%$
			Visto de PF no Prazo (7 dias corridos)	$IC = (\text{Quantidade de Vistos Efetivados no Prazo} / \text{Quantidade de Vistos Solicitados}) * 100$	$\geq 60\%$
			Registro de PF no Prazo (10 dias corridos)	$IC = (\text{Quantidade de Registros Efetivados no Prazo} / \text{Quantidade de Registros Solicitados}) * 100$	$\geq 70\%$
		Certidão de Acervo Técnico	Registro de Atestado Técnico no Prazo (15 dias corridos)	$IC = (\text{Quantidade de Registros de Atestados Técnicos emitidos no prazo} / \text{Quantidade de Registros de Atestados Técnicos}) * 100$	$\geq 60\%$
Escritório da Qualidade	Escritório da Qualidade	Indicador da Qualidade	Recebimento de dados das Unidades	$IC = (\text{Quantidade de relatório entregue no prazo} / \text{Quantidade de Unidades}) * 100$	$\geq 80\%$

Fonte: Unidade Administrativa – Escritório da Qualidade

ANEXO VIII

QUADRO 19 – ACOMPANHAMENTO DAS METAS																			
DESCRIÇÃO -Geral - Crea-ES	Metas	Meses												Ano	2015	Média Anual	Média AC	2014	
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Meta	Média				
Unidade Administrativa - Compras e Licitações																			
Orçamento p/compra direta prazo 10 dias corridos	% ≥ 90	100	100	100	100	75	100	100	100	100	100	100	100	100	100	97,92	97,92	% ≥ 90	98,96
Elaboração edital e entrega p/parecer jur. 30 dias corridos	% ≥ 90	100	100	100	100		100	100	100	100	100	100	0	90,91	90,91	90,91	90,91	% ≥ 90	88,89
Efetividade na elaboração do edital de citação	% ≤ 10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	% ≤ 10	0,00
Unidade Administrativa - Recursos Humanos																			
Quantidade de Treinamentos Realizados	% ≥ 90	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	50	100	95,83	95,83	95,83	95,83	% ≥ 90	83,33
Valor investido em treinamento por funcionário	R\$ ≤ 2400	0	0	5210,29	3915	4227,92	1108,42	190	865	336	192	150	82,66	1356,44	1356,44	1356,44	1356,44	R\$ ≤ 2400	1326,13
Capacitação de Colaboradores	% ≥ 75	100	100	100	100	100	94	100	100	100	100	50	100	95,33	95,33	95,33	95,33	% ≥ 75	87,56
Unidade Administrativa - Tecnologia Informação																			
Tempo de disponibilidade do servidor	% ≥ 98	100	99,51	100	98,88	99,44	99,02	99,3	99,16	99,51	99,65	99,02	98,61	99,34	99,34	99,34	99,34	% ≥ 98	99,71
Atendimento aos chamados dentro do prazo-elpDesk	% ≥ 80	23,4	28,86	40,8	32,6	54,33	47,17	72,81	66,66	75,8	91,67	78,21	89,28	58,47	58,47	58,47	58,47	% ≥ 80	51,08
Atendimento aos chamados dentro do prazo-test.Serv	% ≥ 80	87,5	100	75	90	93,33	88,88	75	96,15	94,73	94,44	76,47	86,36	88,16	88,16	88,16	88,16	% ≥ 80	88,63
Unidade Administrativa - Prefeitura																			
Atendimento aos chamados dentro do prazo-elpDesk	% ≥ 80	87,5	93,3	93,93	89,47	93,54	93,33	100	100	83,3	100	94,87	69,56	91,57	91,57	91,57	91,57	% ≥ 80	68,17
Unidade Atendimento																			
Atendimento no prazo 20 minutos	% ≥ 70	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100,00	100,00	100,00	100,00	% ≥ 70	100,00
Registro Pessoa Jurídica no prazo 10 dias corridos	% ≥ 55	98	53	78	55	95	86	64	84	76	56	40	51	69,67	69,67	69,67	69,67	% ≥ 55	59,92
Visto Pessoa Física no prazo 7 dias corridos	% ≥ 60	85	84	93	89	86	73	77	86	105	83	89	77	85,58	85,58	85,58	85,58	% ≥ 60	79,33

Registro Pessoa Física no prazo 10 dias corridos	% ≥ 70	64	91	77	68	61	41	58	86	69	79	91	88	72,75	72,75	% ≥ 70	67,50
Registro Atestado Técnico no prazo 15 dias corridos	% ≥ 60	77	64	66	52	74	53	40	73	77	70	40	50	61,33	61,33	% ≥ 60	69,08
Unidade Comunicação																	
Imagem perante os profissionais	% ≥ 80	89,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89,99	81,95	% ≥ 80	73,90
Releases divulgados na imprensa	% ≥ 65	100	85	78	84	75	80	90	75	100	88	66,6	100	85,13	85,13	% ≥ 65	91,38
Unidade Financeira																	
Efetividade de cobrança da dívida ativa	% ≥ 25	54,81	74,34	59,85	56,31	66,3	61,45	42,87	54,09	56,04	41,14	48,84	53,5	55,80	55,80	% ≥ 25	47,04
Incremento de Receita com anuidade de profissionais	% ≥ 1	-44,28	20,68	14,48	310,25	79,93	169,9	531,46	117,99	21,96	70,75	130,31	205,03	135,71	135,71	% ≥ -	
Incremento de Receita com anuidade de empresas	% ≥ 1	40,26	133,51	-63,2	211,03	64,5	77,42	-6,59	87,47	43,96	34,57	167,83	92,47	73,60	73,60	% ≥ -	
Unidade Fiscalização																	
Total de atos fiscalizatórios	% ≥ 195	235,9	191,6	242,73	195,88	251,4	236,8	260,92	222,69	247	223,73	223	192,72	227,03	227,03	% ≥ 190	214,56
Atos fiscalizatórios por fiscal (visitas+notificações+diligências+protocolos)	% ≥ 80	70	53,33	93,33	62,5	93,33	86,67	100	92,31	100	80	100	75	83,87	83,87	% ≥ 80	77,62
Obras/serviços irregulares no Estado	% ≤ 25	24,84	24,46	23,41	28,53	33,12	23,21	23,91	22,8	32,38	17,88	19,25	32,54	25,53	25,53	% ≤ 25	22,87
Notificações arquivadas por vício	% ≤ 5	2,56	0,71	0,93	1,86	0,96	1,83	3,82	6,97	0,75	0,67	2,64	1,48	2,10	2,10	% ≤ 5	2,46
Procuradoria Geral																	
Etapas no prazo 5 dias úteis para cada etapa	% ≥ 90	100	100	100	100	100	100	100	78	94	100	100	100	97,67	97,67	% ≥ 90	98,42
Parecer jurídico no prazo 15 dias corridos	% ≥ 90	94	76	95	55	75	90	85	88	82	83	92	91	83,83	83,83	% ≥ 90	94,58
Prazo para Propositura da Execução Fiscal (5 dias corridos)	% ≥ 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	% ≥ -	
Unidade Relacionamento Institucional																	
Parecer técnico PF/PJ no prazo até 10 dias corridos	% ≥ 85	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100,00	100,00	% ≥ 80	100,00
Parecer técnico NAI no prazo 90 dias corridos	% ≥ 85	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70,00	70,00	% ≥ 80	91,67
Ouvidoria																	

Demandas de reclamações, sugestões, denúncias e de elogios tratadas nos respectivos prazos de até 30 dias.	%	≥ 90	96,64	92,55	70,67	85,47	88,74	96,97	96,64	94,81	93,38	92,27	92,74	80	90,07	90,07	%	≥ 90	94,26	
Escritório da Qualidade																				
Recebimento de dados das Unidades	%	≥ 80	9,09	45,45	27,27	54,55	27,27	36,36	36,36	27,27	18,18	9,09	45,45	18,18	29,54	29,54	%	≥	-	

Fonte: Unidade Administrativa – Escritório da Qualidade

Legenda	Verde	Vermelho	Azul
	Meta acima da média	Meta abaixo da média	Sem atividade

QUADRO 21 - COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO

Conselheiro(a)	Título	Mandato	Representação	Titular/Suplente
ÁLVARO JOÃO BRIDI	ENG. AGRÔNOMO E SEG. DO TRABALHO	01/01/2013 – 31/12/2015	SEEA	TITULAR
JORGE LUIZ E SILVA	ENG. AGRÔNOMO	01/01/2013 – 31/12/2015	SEEA	SUPLENTE
VALTER JOSE MATIELO	ENG. AGRÔNOMO	01/01/2014 – 31/12/2016	SEEA	TITULAR
FRANCISCO LUIS DA SILVA FELNER	ENG. AGRÔNOMO	01/01/2014 – 31/12/2016	SEEA	SUPLENTE
JOSÉ ROBERTO SILVA HERNANDES	ENG. AGRÔNOMO	01/01/2013 – 31/12/2015	SEEA	TITULAR
AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA	ENG. AGRÔNOMO	01/01/2013 – 31/12/2015	SEEA	SUPLENTE
SIMONE COUTINHO LACERDA	ENG. FLORESTAL	01/01/2014 – 31/12/2016	AEFES	TITULAR
ANDRÉ BARROSO RIBEIRO	ENG. FLORESTAL	01/01/2014 – 31/12/2016	AEFES	SUPLENTE
ROSEMBERGUE BRAGANÇA	ENG. AGRÔNOMO	01/01/2015 – 31/12/2017	UFES	TITULAR
RENATO RIBEIRO PASSOS	ENG. AGRÔNOMO	01/01/2015 – 31/12/2017	UFES	SUPLENTE
ANA CRISTINA ACHÁ DE ESTRADA VALLE	ENG. CIVIL	01/01/2014 – 31/12/2016	SENGE	TITULAR
DELFIN FRANCISCO DA COSTA FILHO	ENG. CIVIL E SEG. DO TRABALHO E TEC. MECÂNICO	01/01/2014 – 31/12/2016	SENGE	TITULAR
MANOEL MENDES DA ROCHA NETO	ENGENHEIRO CIVIL	01/01/2014 – 31/12/2016		SUPLENTE
JAIME OLIVEIRA VEIGA	ENG. CIVIL	01/01/2015 – 31/12/2017	SEE	TITULAR
HUDSON BARCELOS REGGIANI	ENG. CIVIL E SEG. DO TRABALHO	01/01/2015 – 31/12/2017	SEE	SUPLENTE
JOSÉ ANTONIO DO AMARAL FILHO	ENG. CIVIL	01/01/2015 – 31/12/2017	SEE	TITULAR
RODRIGO AMÉRICO PEREIRA	ENG. CIVIL	01/01/2015 – 31/12/2017	SEE	SUPLENTE
JULIANO CURTO DE BARROS	ENG. CIVIL	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	TITULAR
JOÃO CARLOS MENESES	ENG. CIVIL	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	SUPLENTE
NELSON RUBENS NASCIMENTO DEL' ANTONIO	ENG. AMBIENTAL	01/01/2014 – 31/12/2016	FAESA	TITULAR
BRUNNA OLIVEIRA GUIMARAES	ENG. AMBIENTAL	01/01/2014 – 31/12/2016		SUPLENTE
PATRICIA BRUNOW DINIZ RIBEIRO BARBOSA	ENG. CIVIL	01/01/2015 – 31/12/2017	IBAPE	TITULAR
JOSÉ LEMOS SOBRINHO	ENG. CIVIL	01/01/2015 – 31/12/2017	IBAPE	SUPLENTE
RUBIO ANTONIO FREITAS VALE MARX	ENG. CIVIL E SEG. TRABALHO	01/01/2013 – 31/12/2015	SEE	TITULAR

ROGERIO DIAS QUEIROZ MANGA	ENG. CIVIL	01/01/2013 – 31/12/2015	SEE	SUPLENTE
WANIA NASSIF MARX	ENG. CIVIL	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	TITULAR
JORGE LUÍS RODRIGUES COSTA	ENG. CIVIL	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	SUPLENTE
FERNANDO HRASKO	ENG. CIVIL	01/01/2015 – 31/12/2017	SENGE	TITULAR
ELSON TEIXEIRA GATTO FILHO	ENG. CIVIL	01/01/2015 – 31/12/2017	SENGE	SUPLENTE
AFONSO CELSO DE SOUZA OLIVEIRA	ENG. ELETRICISTA	01/01/2015 – 31/12/2017	SEE	TITULAR
GIZELE POLTRONIERI DO NASCIMENTO	ENG. ELETRICISTA	31/12/2014 – 24/02/2015	SEE	SUPLENTE
HENRIQUE GERMANO ZIMMER	ENG. ELETRICISTA	01/01/2014 – 31/12/2016	SENGE	TITULAR
SÉRGIO AUGUSTO COSTA	ENG. ELETRICISTA	01/01/2013 – 31/12/2016	SENGE	SUPLENTE
IVAN PIEROZZI	ENG. ELETRICISTA	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	TITULAR
ROBERTO MOTA OLIVEIRA	ENG. ELETRICISTA	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	SUPLENTE
OLAVO BOTELHO ALMEIDA	ENG. ELETRICISTA	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	TITULAR
EDUARDO LUIZ HENRIQUES	ENG. ELETRICISTA	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	SUPLENTE
ANTÔNIO CARLOS BARBOSA COUTINHO	ENG. ELETRICISTA	01/01/2015 – 31/12/2016	SENGE	TITULAR
FLÁVIO TONGO DA SILVA	ENG. ELETRICISTA	01/01/2015 – 31/12/2016	SENGE	SUPLENTE
FELIPE MACHADO LOBO	ENG. ELETRICISTA	01/01/2015 – 31/12/2017	MULTIVIX	TITULAR
CARLOS ALBERTO MORAES GONÇALVES	ENG. ELETRICISTA	01/01/2015 – 31/12/2017	MULTIVIX	SUPLENTE
ADELAR CASTIGLIONI CAZAROTO	ENG. MECANICO E SEG. DO TRABALHO	01/01/2015 – 31/12/2016	SENGE	TITULAR
LUIZ ANTÔNIO RADAELI	ENG. MECÂNICO	31/01/2015 – 31/12/2016	SENGE	SUPLENTE
FRED ROSALÉM HELIODORO	ENG. INDUSTRIAL - MECÂNICA E SEG. DO TRABALHO	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	TITULAR
JOSÉ CARLOS DE ASSIS	ENG. MECÂNICO	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	SUPLENTE
BRAZ RAGASSI	ENG. MECÂNICO	01/01/2015 – 31/12/2017	SENGE	TITULAR
CARLOS DE LAET SIMÕES OLIVEIRA	ENG. MECÂNICO	01/01/2015 – 31/12/2017	SENGE	SUPLENTE
GERALDO ROSSONI SISQUINI	ENG. MECANICO E CIVIL	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	TITULAR
JOÃO LUIZ MORAES SEDER	ENG. MECÂNICO	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	SUPLENTE
OSWALDO PAIVA ALMEIDA FILHO	ENG. MECANICO	01/01/2013 – 31/12/2015	SEE	TITULAR

IVANOR MARTINS DA SILVA	ENG. MECANICO	01/01/2013 – 31/12/2015	SEE	SUPLENTE
ADRIANA MARTINS DI SPIRITO ROCHA	ENG. DE MINAS	01/01/2014 – 31/12/2016	SENGE	TITULAR
ANTÔNIO FERNANDO DE CASTRO PIRES FERREIRA	ENG. DE MINAS	01/01/2014 – 31/12/2016	SENGE	SUPLENTE
SIMONE BAÍA PEREIRA GOMES	ENG. QUÍMICA	01/01/2014 – 31/12/2016	SENGE	TITULAR
MARCO ANTONIO SARTORI	ENG. DE ALIMENTOS	01/01/2014 – 31/12/2016	UFES	TITULAR
IARA REBOUÇAS PINHEIRO	ENG. QUIMICA	01/01/2014 – 31/12/2016	UFES	SUPLENTE
UARA SARMENGI CABRAL	ENG. QUIMICA	01/01/2012 – 31/12/2014	FAC. ARACRUZ	TITULAR
GEORGE SCARPAT GIACOMIN	ENG. QUIMICO	01/01/2015 – 31/12/2017	FAC. ARACRUZ	SUPLENTE
ROGÉRIO DO NASCIMENTO RAMOS	ENG. ELETRICISTA E SEG. DO TRABALHO	01/01/2013 – 31/12/2015	SENGE	TITULAR
SÉRGIO DA SILVA JULIO	ENG. MECÂNICO E SEG. DO TRABALHO	01/01/2014 – 31/12/2016	UCL	TITULAR
ELIEZER CRISTINO DE OLIVEIRA	ENG. CIVIL E SEG. DO TRABALHO	01/01/2015 – 31/12/2017	SENGE	TITULAR
MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA	ENG. CIVIL E SEG. DO TRABALHO	01/01/2015 – 31/12/2017	SENGE	SUPLENTE

Fonte: Unidade Institucional e Relacionamento - Atas, Termo de Posse e Súmulas 2015

ANEXO X –

QUADRO 22 - DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS NAS REUNIÕES DA ENTIDADE 2015

Nome do membro	Diárias	Passagens	Deslocamento	TOTAIS
Adelar Castiglioni Cazaoto	5.700,00	2.025,55	0,00	7.725,55
Adriana Martins Di Spirito	6.860,00	4.225,86	2.592,32	13.678,18
Álvaro João Bridi	1.350,00	0,00	0,00	1.350,00
Ana Cristina Achá Estrada Valle	3.300,00	1.210,94	0,00	4.510,94
André Barroso Ribeiro	4.800,00	2.692,44	156,06	7.648,50
Antônio Carlos Barbosa Coutinho	1.200,00	712,59	104,04	2.016,63
Aureliano Nogueira da Costa	4.800,00	2.000,29	0,00	6.800,29
Braz Ragassi	4.800,00	1.823,55	0,00	6.623,55
Carlos de Laet Simões Oliveira	3.800,00	1.639,58	0,00	5.439,58
Delfim Francisco da Costa Filho	2.400,00	962,79	0,00	3.362,79
Dione Marcos Lima Costa	300,00	0,00	442,68	742,68
Eliezer Cristino de Oliveira	2.415,00	0,00	0,00	2.415,00
Elson Teixeira Gatto Filho	2.000,00	1.029,79	0,00	3.029,79
Fernando Hrasko	1.835,00	284,50	0,00	2.119,50
Francisco Luis da Silva Felner	2.800,00	1.052,50	263,16	4.115,66
Fred Rosalém Heliodoro	19.290,00	9.505,87	95,00	28.890,87
George Scarpat Giacomini	900,00	0,00	836,40	1.736,40
Geraldo Rossoni Sisquini	2.400,00	1.213,06	0,00	3.613,06
Gilmar Gusmão Dadalto	300,00	831,79	0,00	1.131,79
Helder Paulo Carnielli	24.820,00	10.296,03	190,00	35.306,03
Henrique Germano Zimmer	6.670,00	6.440,99	0,00	13.110,99
Hudson Barcelos Reggiani	0,00	973,00	0,00	973,00
Iara Rebouças Pinheiro	1.500,00	0,00	1.632,00	3.132,00
Ivan Pierozzi	900,00	0,00	0,00	900,00
Jaime Oliveira Veiga	6.300,00	1.762,70	279,48	8.342,18
Jorge Luiz e Silva	7.100,00	3.674,34	0,00	10.774,34
José Antônio do Amaral Filho	3.600,00	2.925,53	0,00	6.525,53

José Roberto Silva Hernandes	4.850,00	3.946,75	325,52	9.122,27
Juliano Curto de Barros	5.960,00	4.073,07	95,00	10.128,07
Manoel Mendes da Rocha Neto	0,00	950,79	416,16	1.366,95
Marco Antônio de Oliveira	2.400,00	1.210,94	0,00	3.610,94
Marco Antônio Sartori	5.400,00	0,00	6.936,00	12.336,00
Olavo Botelho Almeida	7.840,00	8.771,88	0,00	16.611,88
Patricia Brunow Diniz Ribeiro	1.835,00	251,50	0,00	2.086,50
Rogério Dias Queiroz Manga	2.000,00	703,79	0,00	2.703,79
Rogério do Nascimento Ramos	4.140,00	1.938,58	95,00	6.173,58
Rosembergue Bragança	13.382,00	3.758,56	14.062,00	31.202,56
Rubio Antônio Freitas Vale Marx	4.815,00	1.236,33	0,00	6.051,33
Sergio da Silva Julio	4.200,00	2.274,72	0,00	6.474,72
Simone Baia Pereira	3.560,00	887,99	0,00	4.447,99
Simone Coutinho Lacerda	3.600,00	4.705,44	95,00	8.400,44
Uara Sarmenghi Cabral	5.360,00	2.680,27	2.402,72	10.442,99
Valter José Matielo	7.500,00	0,00	16.185,00	23.685,00
Wania Nassif Marx	7.550,00	4.405,40	0,00	11.955,40
TOTAIS	206.532,00	99.079,70	47.203,54	352.815,24

Fonte: Unidade Financeira – Relatórios Contábeis

ANEXO XI

QUADRO 23 - COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CREA-ES	
Unidade Administrativa	
Funcionários	12
Estagiários	04
Terceirizados	04
Unidade Financeira	
Funcionários	06
Estagiários	03
Terceirizados	03
Unidade de Comunicação	
Funcionários	02
Estagiários	03
Procuradoria	
Funcionários	04
Estagiários	01
Terceirizados	01
Unidade de Relacionamento Institucional	
Funcionários	12
Estagiários	03
Terceirizados	02
Presidência	
Funcionários	05
Estagiários	01
Superintendência	

Funcionários	01
Unidade de Fiscalização	
Funcionários	21
Estagiários	02
Terceirizados	03
Unidade de Atendimento	
Funcionários	22
Estagiários	08
Terceirizados	04
Inspetoria Linhares	
Estagiário	01
Terceirizados	02
Inspetoria São Mateus	
Estagiário	01
Terceirizados	01
Inspetoria Colatina	
Funcionários	01
Terceirizado	01
Inspetoria Aracruz	
Terceirizado	01
Inspetoria Cachoeiro	
Funcionário	03
Estagiário	02
Terceirizado	01
Inspetoria Guarapari	
Funcionário	01

Estagiário	01
Terceirizado	01
Inspetoria Vila Velha	
Funcionário	02
Estagiário	01
Terceirizado	01

ANEXO XII

QUADRO 30 - DESCRIÇÃO DOS PROJETOS DE TI DESENVOLVIDOS NO PERÍODO, DESTACANDO OS RESULTADOS ESPERADOS, O ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANEJAMENTO DE TI, OS VALORES ORÇADOS E DESPENDIDOS E OS PRAZOS DE CONCLUSÃO				
Projeto	Descrição	Responsável(is)	Custo (2015)	Prazos
Sistema NOVA ART	<p>O novo sistema de Cadastro de ART, disponibilizado no site do Crea-ES, levou dois anos para ser projetado, desenvolvido e implementado. Foi disponibilizado a partir do dia 03 de julho de 2015.</p> <p>A partir de dezembro de 2015, o sistema antigo foi retirado do site.</p> <p>O sistema novo apresentou muitas melhorias para o profissional, tais como: Poder Salvar e Editar as ARTs; Maior controle e gerenciamento sobre as ARTs cadastradas; Autorizar o cadastramento pelas Empresas, entre outros.</p> <p>Junto com o novo sistema, foi implementado o projeto "Filtro de ART", que foi um trabalho realizado por um grupo técnico formado pelas Equipe de TI, Equipe de ART e Consultoria Técnica, que teve dois anos de duração, e classifica os serviços técnicos por títulos profissionais. Esse filtro, limita ao profissional escolher somente os serviços técnicos que possuam atribuição acadêmica.</p> <p>(Previsto no último PDTI)</p>	Responsável(is): Analista de Sistemas Thais Marinho, Analista de Sistemas Jeferson de Carvalho, Equipe de ART. Desenvolvido pela Polaris.	R\$ 247.225,20	Implementado em 03 de julho de 2015.
Sistema GED – Gestão Eletrônica de Documentos	<p>Este projeto foi iniciado em dezembro de 2014, através da empresa contratada Stoque, com objetivo de digitalizar todos os processos da Instituição de Ensino.</p> <p>Todos os processos de NAI (Notificação e Auto de Infração), regularizados e cancelados do ano de 2014, foram digitalizados.</p> <p>(Previsto no último PDTI)</p>	Responsável: Analista de Sistemas Jeferson de Carvalho. Empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema: Stoque Soluções Ltda.	R\$ 201.500,00	Implementado em abril de 2015.

Reformulação do Sistema Corporativo	A Equipe de TI do Crea-ES vem reescrevendo os códigos fontes do Sistema Corporativo, desde 2013, em uma nova tecnologia, com objetivo de utilizar os melhores recursos dos sistema operacional Windows, amplamente utilizado no Conselho e garantir melhores desempenhos. Além de corrigir problemas de incompatibilidade com o sistema operacional que causavam o fechamento inesperado do sistema. Situação: 40% Em andamento, com muitas telas disponibilizadas.	Responsável: Analista de Sistemas Jeferson de Carvalho.	R\$ 106.499,30	Outubro de 2017.
Fiscalização Móvel	Projeto iniciado em 2013, desenvolvido pela Polaris, específico para a Unidade de Fiscalização. Tem como objetivo facilitar e agilizar a fiscalização do exercício profissional, através de consultas à ARTs e NAIs, pelos fiscais em campo. Os fiscais receberam novos tablets com acesso à internet, que foram disponibilizados no 3º Quadrimestre de 2015. Situação: O sistema encontra-se em fase de implantação e adequações. (Previsto no último PDTI)	Responsável: Analista de Sistemas Jeferson de Carvalho. Desenvolvido pela Polaris.	R\$ 16.813,20	Outubro de 2016.

Melhorias CPD	<p>Com a aquisição dos equipamentos e licenças de uso de software foi implementado um ambiente virtualizado com 02 (dois) servidores já adquiridos com recursos do Crea-ES e 01 (um) storage, com total redundância de dados e solução de backup. Com a crescente demanda de acessos ao sistema corporativo do Crea-ES e para a execução dos serviços mobile da Unidade de Fiscalização com qualidade, onde a estrutura antes existente sem virtualização não tinha capacidade de absorver essa demanda. Com a implementação desse ambiente virtualizado, houveram melhorias de desempenho e qualidade nos serviços, visto que os dois servidores estão trabalhando em tempo real, onde um servidor fará o espelhamento do outro fazendo com que caso um dê problema o outro estará pronto para assumir os serviços, evitando assim perda de tempo na configuração de outro servidor e perda de tempo na execução de ajustes, visto que os mesmos dependem dos serviços ativos para execução das suas atividades e garantindo assim total redundância dos dados.</p> <p>(Previsto no último PDTI)</p>	Responsável: Administrador de Redes Manoel Santos Gomes	R\$250.000,00	Implementado em maio de 2015
Business Intellingence (BI);	<p>Projeto iniciado em 2014, com objetivo de criar um sistema gerador de relatórios gerenciais e analítico, executado com recursos do PRODESU/Confea. Em 31/12/2015, o desenvolvimento dos relatórios já estava 80% finalizado. A ferramenta de BI adquirida foi o Qlikview, utilizando o banco de dados padrão do Crea-ES, o Oracle.</p> <p>(Previsto no último PDTI)</p>	Responsável: Analista de Sistemas Thais Marinho	<p>Parte I: R\$ 139.380,00</p> <p>Parte II: R\$ 160.971,74</p> <p>(pgto referente dez/15, jan, fev e mar/16)</p>	Junho de 2016

Sistema de tramitação de processos e votação online para conselheiros	Foi desenvolvido com objetivo de possibilitar tramitação e votação online para Câmaras e Plenário, para melhorar o controle e apoio aos Conselheiros, visando agilidade no julgamento dos processos. Projeto iniciado em 2015, com previsão de implementação para o primeiro semestre de 2016. (Previsto no último PDTI)	Responsável: Desenvolvedor Rafael Pedrini	Desenvolvimento interno.	jun/16
Contrato de locação de impressoras de maior qualidade;	Foram adquiridas 24 impressoras multifuncionais sendo 20 da marca brother e 04 da marca Sharp para atendimento a todas as unidades do Crea-ES e todas as inspetorias de atendimento.	Responsável: Administrador de Redes Manfredo Santos Gomes	Franquia de R\$ 5.375,00 mensais	Contrato Ativo
Instalação de link de fibra ótica nas inspetorias de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus.	Instalação de Link de fibra ótica de 4 Mbps full nas Inspeorias de Cachoeiro de Itapemirim e Inspeoria de São Mateus.	Responsável: Administrador de Redes Manfredo Santos Gomes	R\$ 1.154,00 mensais pelos dois links	Contrato Ativo
Melhoria da estruturação da VPN de acesso a rede do Conselho em todas as inspetorias	Aquisição de 01 roteador Mikrotic RB 2011 para cada inspeoria do Crea-ES melhorando o acesso a rede interna do Crea-ES e oferecendo mais segurança e confiabilidade nos serviços oferecidos.	Responsável: Administrador de Redes Manfredo Santos Gomes	R\$ 6.500,00 pagos por todos os roteadores	Serviço efetuado do ano de 2015
Visitas técnicas de serviços preventivos nas inspetorias	As visitas técnicas às Inspeorias são realizadas mensalmente com objetivo de realizar manutenções preventivas aos equipamentos e realizar treinamentos aos colaboradores.	Responsável: Administrador de Redes Manfredo Santos Gomes	Atividade interna.	Em andamento
Sistema de Registro e Visto online	Serviço disponível no site que possibilita os profissionais registrados em outros Estados brasileiros, a solicitarem visto no Crea-ES.	Responsável: Analista de Sistemas Jeferson de Carvalho. Desenvolvido pela Polaris.	R\$ 20.661,60	Implementado em novembro de 2015.

Sistematização dos protestos judiciais	<p>O sistema de inscrição de débitos em protesto em cartórios conveniados com o Crea-ES foi desenvolvido e está operando. A criação do sistema para realização de consultas de autuados sem a informação do CPF na base de dados do SPC, não foi iniciado devido a priorização de demandas. Será desenvolvido pela equipe de TI do Crea-ES.</p> <p>Situação: A Procuradoria Geral já realiza as consultas diretamente no site do SPC.</p>	Responsável: Analista de Sistemas Jeferson de Carvalho.	Desenvolvimento interno.	Implementado em junho de 2015.
Sistema de emissão de anuidades no site	<p>Serviço disponível no site que possibilita os profissionais emitirem boleto de anuidade através do site do Crea-ES. Este serviço necessita de manutenção anual para ajustes à legislação vigente do exercício.</p>	Responsável: Analista de Sistemas Thais Marinho. Desenvolvido pela Polaris.	R\$ 35.260,24	Ajustes implementados em dezembro de 2015.
Elaboração de sistema de pesquisa de satisfação pelo site Receituário Agrônomo	<p>Sistema criado para envio de pesquisa de satisfação, enviado para profissionais e empresas.</p> <p>Sistema específico para emissão de receiptuários agrônômicos, desenvolvido para ser disponibilizado aos Engenheiros Agrônomos.</p>	<p>Desenvolvido pela Polaris.</p> <p>Responsável Jeferson de Carvalho. Desenvolvido pela Polaris.</p>	R\$ 11.073,28	<p>Entregue em janeiro de 2015.</p> <p>Projeto suspenso por tempo indeterminado.</p>

ANEXO XIII

Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial
Variações Patrimoniais

CREA/ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

CNPJ: 27.055.235/0001-37

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	21.085.311,95	20.628.841,71	Despesa Orçamentária	22.807.703,73	20.102.364,78
RECEITA REALIZADA	21.085.311,95	20.628.841,71	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	21.753.715,04	20.058.056,42
RECEITA CORRENTE	21.085.311,95	20.628.841,71	DESPESA CORRENTE	19.427.135,05	19.661.491,98
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.512.405,73	6.785.682,48	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.505.466,91	8.459.788,05
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	7.512.405,73	6.785.682,48	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.921.668,14	11.201.703,93
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	7.512.405,73	6.785.682,48	DESPESA DE CAPITAL	2.326.579,99	396.564,44
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	9.535.259,79	9.244.802,25	INVESTIMENTOS	2.326.579,99	396.564,44
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	5.983.677,85	5.815.100,29	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	1.053.988,69	44.308,36
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	5.876.829,78	5.678.671,26			
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	106.848,07	136.429,03			
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	3.551.581,94	3.429.701,96			
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	3.515.357,89	3.320.801,15			
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	36.224,05	108.900,81			
RECEITA PATRIMONIAL	133.481,95	128.568,70			
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	133.481,95	128.568,70			
RECEITA DE SERVICOS	790.189,00	782.609,34			
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	416.549,86	479.873,71			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	88.764,39	72.515,96			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	166.421,71	117.688,29			
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	109.453,04	112.126,60			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	9.000,00	404,78			
Revistas	9.000,00				
FINANCEIRAS	925.911,00	896.343,23			
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES		24.546,78			
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES		245,50			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	925.911,00	871.550,95			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES		901,39			
MULTAS SOBRE ANUIDADES		4.302,44			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	925.911,00	866.347,12			
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	3.335,43	12.656,90			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	192.400,00	688.854,14			
Transferencias Intragovernamentais	192.400,00	673.854,14			
Transferencias de Inst. Privadas		15.000,00			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.995.664,48	2.101.981,57			
DÍVIDA ATIVA	749.926,29	1.013.316,71			
MULTAS DE INFRAÇÕES	696.383,00	510.045,70			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	295.046,03	263.006,62			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	254.309,16	315.612,54			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	35.661.567,41	34.914.511,55	Pagamentos Extraorçamentários	35.707.954,64	34.914.730,32
Saldo em espécie do Exercício Anterior	11.128.460,46	10.602.202,30	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	9.359.681,45	11.128.460,46

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total:	67.875.339,82	66.145.555,56		67.875.339,82	66.145.555,56

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2015

Helder Paulo Carnielli
 Presidente
 ES-0025526/D
 380.008.147-49

Simone Coutinho
 Diretor Financeiro
 ES-008616/D
 009.919.327-22

Rita de Cássia Stethel Caiado
 Contador Consultor
 CRC-ES-6378
 027.790.627-03

CREA/ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

CNPJ: 27.055.235/0001-37

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	20.580.748,93	20.580.748,93	21.085.311,95	504.563,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.131.370,54	6.131.370,54	7.512.405,73	1.381.035,19
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA	6.131.370,54	6.131.370,54	7.512.405,73	1.381.035,19
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	6.131.370,54	6.131.370,54	7.512.405,73	1.381.035,19
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	9.803.034,38	9.803.034,38	9.535.259,79	-267.774,59
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	6.448.294,40	6.448.294,40	5.983.677,85	-464.616,55
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	6.268.511,15	6.268.511,15	5.876.829,78	-391.681,37
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	179.783,25	179.783,25	106.848,07	-72.935,18
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	3.354.739,98	3.354.739,98	3.551.581,94	196.841,96
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	3.265.596,30	3.270.596,30	3.515.357,89	244.761,59
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	89.143,68	84.143,68	36.224,05	-47.919,63
RECEITA PATRIMONIAL	132.170,72	132.170,72	133.481,95	1.311,23
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	132.170,72	132.170,72	133.481,95	1.311,23
RECEITA DE SERVICOS	661.774,62	661.774,62	790.189,00	128.414,38
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	483.453,92	483.453,92	416.549,86	-66.904,06
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	44.054,10	44.054,10	88.764,39	44.710,29
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	72.009,91	72.009,91	166.421,71	94.411,80
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	62.256,69	62.256,69	109.453,04	47.196,35
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	9.000,00	9.000,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
Revistas	0,00	0,00	9.000,00	9.000,00		
FINANCEIRAS	811.480,80	811.480,80	925.911,00	114.430,20		
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	17.279,99	17.279,99	0,00	-17.279,99		
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	794.200,81	794.200,81	922.575,57	128.374,76		
MULTAS SOBRE ANUIDADES	14.475,43	14.475,43	0,00	-14.475,43		
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	779.725,38	779.725,38	922.575,57	142.850,19		
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00	3.335,43	3.335,43		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	800.000,00	800.000,00	192.400,00	-607.600,00		
Transferencias Intragovernamentais	800.000,00	800.000,00	192.400,00	-607.600,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.240.917,87	2.240.917,87	1.995.664,48	-245.253,39		
DÍVIDA ATIVA	1.170.244,00	1.170.244,00	749.926,29	-420.317,71		
MULTAS DE INFRAÇÕES	567.999,60	567.999,60	696.383,00	128.383,40		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	259.415,23	259.415,23	295.046,03	35.630,80		
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	243.259,04	243.259,04	254.309,16	11.050,12		
RECEITA DE CAPITAL	0,00	14.066.362,10	0,00	-14.066.362,10		
ALIENACAO DE BENS	0,00	3.400.000,00	0,00	-3.400.000,00		
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	3.400.000,00	0,00	-3.400.000,00		
SALDO DE EXERCÍCIOS	0,00	10.666.362,10	0,00	-10.666.362,10		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	20.580.748,93	34.647.111,03	21.085.311,95	-13.561.799,08		
DÉFICIT	0,00	0,00	830.396,20	0,00		
TOTAL	20.580.748,93	34.647.111,03	21.915.708,15	-12.731.402,88		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	20.357.327,73	23.294.099,53	19.589.128,16	19.427.135,05	18.681.232,10	3.704.971,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.072.292,94	8.741.787,90	8.505.466,91	8.505.466,91	8.333.645,77	236.320,99
REMUNERAÇÃO PESSOAL	6.963.203,15	6.742.044,17	6.516.868,72	6.516.868,72	6.516.868,72	225.175,45

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
ENCARGOS PATRONAIS	2.109.089,79	1.999.743,73	1.988.598,19	1.988.598,19	1.816.777,05	11.145,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.845.034,79	12.448.311,63	9.707.270,30	9.545.277,19	8.982.489,46	2.741.041,33
BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.059.334,79	2.390.269,15	2.219.886,73	2.219.886,73	2.219.886,73	170.382,42
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	60.000,00	30.000,00	13.282,12	13.282,12	11.767,12	16.717,88
USO DE BENS E SERVIÇOS	737.700,00	1.123.245,88	645.011,77	643.311,77	626.617,84	478.234,11
DIÁRIAS	800.000,00	813.400,51	686.042,00	686.042,00	686.042,00	127.358,51
PASSAGENS	270.000,00	371.765,53	246.457,23	246.457,23	245.476,90	125.308,30
HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	15.000,00	6.300,00	270,00	270,00	270,00	6.030,00
DESPESA COM LOCOMOÇÃO	123.000,00	122.983,96	83.487,92	83.487,92	83.487,92	39.496,04
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	5.780.000,00	7.590.346,60	5.812.832,53	5.652.539,42	5.108.940,95	1.777.514,07
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	290.000,00	510.450,35	491.925,83	491.925,83	491.925,83	18.524,52
TRIBUTOS	90.000,00	81.207,25	69.778,17	69.778,17	69.778,17	11.429,08
CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	429.243,10	422.147,66	422.147,66	422.147,66	7.095,44
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	180.000,00	170.549,65	85.764,93	85.764,93	85.764,93	84.784,72
SERVIÇOS BANCÁRIOS	220.000,00	290.000,00	242.034,67	242.034,67	242.034,67	47.965,33
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	750.000,00	1.133.000,00	556.665,52	556.665,52	545.371,44	576.334,48
SUBVENÇÕES SOCIAIS	750.000,00	1.133.000,00	556.665,52	556.665,52	545.371,44	576.334,48
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	223.421,20	11.353.011,50	2.326.579,99	2.326.579,99	2.326.579,99	9.026.431,51
INVESTIMENTOS	223.421,20	11.353.011,50	2.326.579,99	2.326.579,99	2.326.579,99	9.026.431,51
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	223.421,20	593.321,20	81.580,00	81.580,00	81.580,00	511.741,20
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	10.759.690,30	2.244.999,99	2.244.999,99	2.244.999,99	8.514.690,31
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	20.580.748,93	34.647.111,03	21.915.708,15	21.753.715,04	21.007.812,09	12.731.402,88
SUPERÁVIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	20.580.748,93	34.647.111,03	21.915.708,15	21.753.715,04	21.007.812,09	12.731.402,88

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
TOTAL	20.580.748,93	34.647.111,03	21.915.708,15	21.753.715,04	21.007.812,09	12.731.402,88

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2015

Helder Paulo Carnielli
Presidente
ES-0025526/D
380.008.147-49

Simone Coutinho
Diretor Financeiro
ES-008616/D
009.919.327-22

Rita de Cássia Sthel Caiado
Contador Consultor
CRC-ES-6378
027.790.627-03

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	1.057,10	1.426.566,59	882.652,02	882.652,02	505.111,37	39.860,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.057,10	1.415.622,45	882.652,02	882.652,02	494.167,23	39.860,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	10.944,14	0,00	0,00	10.944,14	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	0,00	171.246,00	171.246,00	171.246,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	171.246,00	171.246,00	171.246,00	0,00	0,00
TOTAL:	1.057,10	1.597.812,59	1.053.898,02	1.053.898,02	505.111,37	39.860,30

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	726.271,00	699.231,00	12.800,00	14.240,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	711.173,74	684.133,74	12.800,00	14.240,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	15.097,26	15.097,26	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	726.271,00	699.231,00	12.800,00	14.240,00

CREA/ES

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

CNPJ: 27.055.235/0001-37

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2014 à 31/12/2014

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	9.721.364,85	21.089.121,28	PASSIVO CIRCULANTE	1.252.378,57	1.034.276,85
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.359.681,45	11.128.460,46	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	172.460,70	146.395,33
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	9.534.107,45	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.570,31	1.916,75	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	588.322,42	726.271,61
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	42.178,99	102.155,54	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	316.934,10	322.481,08	PROVISÕES A CURTO PRAZO	282.926,60	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	27.766.944,94	13.093.581,67	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	208.668,85	161.609,91
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.751.538,44	12.000,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	12.739.538,44	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	12.000,00	12.000,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	15.015.406,50	13.081.581,67	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	1.980.199,30	1.749.292,70	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	13.586.841,97	11.341.841,98	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	542.081,76	0,00		0,00	0,00
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	9.553,01	9.553,01		0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	1.252.378,57	1.034.276,85

						PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior			
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00			
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00			
			Resultados Acumulados	36.235.931,22	33.148.426,10			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36.235.931,22	33.148.426,10			
TOTAL	37.488.309,79	34.182.702,95	TOTAL	37.488.309,79	34.182.702,95			
ATIVO FINANCEIRO	9.676.615,55	11.452.858,29	PASSIVO FINANCEIRO	1.214.850,48	2.633.146,54			
ATIVO PERMANENTE	27.811.694,24	22.729.844,66	PASSIVO PERMANENTE	282.926,60	0,00			
SALDO PATRIMONIAL				35.990.532,71	31.549.556,41			

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	8.461.765,07	8.819.711,75

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2015

Helder Paulo Carnielli
 Presidente
 ES-0025526/D
 380.008.147-49

Simone Coutinho
 Diretor Financeiro
 ES-008616/D
 009.919.327-22

Rita de Cássia Sthel Caiado
 Contador Consultor
 CRC-ES-6378
 027.790.627-03

Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	24.972.417,20	30.343.420,75	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	21.763.171,16	19.677.058,65
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.389.894,20	6.541.459,60	PESSOAL E ENCARGOS	10.886.539,32	10.457.318,04
TAXAS	7.389.894,20	6.541.459,60	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	6.679.667,52	6.484.278,86
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	7.389.894,20	6.541.459,60	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	6.679.667,52	6.484.278,86
CONTRIBUIÇÕES	113.478,02	19.146.045,30	ENCARGOS PATRONAIS	1.986.985,07	1.975.509,19
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	113.478,02	19.146.045,30	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	1.986.985,07	1.975.509,19
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	113.478,02	19.146.045,30	BENEFÍCIOS A PESSOAL	2.219.886,73	1.997.529,99
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	983.759,28	865.173,22	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	2.219.886,73	1.997.529,99
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	983.759,28	865.173,22	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	13.282,12	14.059,52
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	983.759,28	865.173,22	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	13.282,12	14.059,52
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	926.492,53	884.113,16	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	13.282,12	14.059,52
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	24.792,28	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	8.818.098,07	7.700.044,24
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	0,00	24.792,28	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	377.649,05	239.929,78
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	901,39	CONSUMO DE MATERIAL	377.649,05	239.929,78
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	901,39	SERVIÇOS	7.876.447,86	7.460.114,46
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	926.492,53	858.419,49	DIARIAS	685.402,00	923.343,12
MULTAS SOBRE ANUIDADES	926.492,53	858.419,49	SERVICIOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	736.702,19	766.168,16
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	192.400,00	688.854,14	SERVICIOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	6.454.343,67	5.770.603,18
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	192.400,00	673.854,14	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	564.001,16	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	192.400,00	673.854,14	DEPRECIACAO	564.001,16	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	15.000,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	242.034,67	184.967,51
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	15.000,00	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	242.034,67	184.967,51
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.366.393,17	2.217.775,33	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	242.034,67	184.967,51
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	254.309,16	300.822,39	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	556.665,52	624.747,11
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	254.309,16	300.822,39	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	556.665,52	594.223,43
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.112.084,01	1.916.952,94	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	556.665,52	594.223,43
MULTAS ADMINISTRATIVAS	654.487,81	471.428,73	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	30.523,68

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
INDENIZAÇÕES	307.264,50	263.378,43	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	30.523,68
DÍVIDA ATIVA	14.150.331,70	1.182.145,78	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	668.874,26	27.012,51
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	668.874,26	27.012,51
			REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	0,00	27.012,51
			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITOS	668.874,26	0,00
			TRIBUTÁRIAS	491.925,83	606.806,27
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	69.778,17	53.497,19
			IMPOSTOS	69.778,17	53.497,19
			CONTRIBUIÇÕES	422.147,66	553.309,08
			CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	422.147,66	553.309,08
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	85.751,37	62.103,45
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	85.751,37	62.103,45
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	85.751,37	62.103,45
Total das Variações Ativas :	24.972.417,20	30.343.420,75	Total das Variações Passivas :	21.763.171,16	19.677.058,65
Déficit do Exercício			RESULTADO PATRIMONIAL		
			Superávit do Exercício	3.209.246,04	10.666.362,10
Total	24.972.417,20	30.343.420,75	Total	24.972.417,20	30.343.420,75

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2015

Helder Paulo Carnielli
Presidente
ES-0025526/D
380.008.147-49

Simone Coutinho
Diretor Financeiro
ES-008616/D
009.919.327-22

Rita de Cássia Sthel Caiado
Contador Consultor
CRC-ES-6378
027.790.627-03